

**PROJETO CURRICULAR DE AGRUPAMENTO
PARA O TRIÉNIO DE 2014 / 2017**

**SANTA MARIA DA FEIRA
Outubro de 2014**

Índice

0. Introdução	4
1. Princípios Orientadores do Projeto Educativo	5
2. Intenções do Projeto Curricular de Agrupamento	6
3. Desenvolvimento Curricular	7
3.1. Documentos de referência para o desenvolvimento curricular	7
3.2. Gestão Curricular	8
3.2.1. Procedimentos de gestão do currículo	8
3.2.2. Processos de monitorização	9
3.2.3. Mecanismos de remediação em casos de atrasos na lecionação de programas	10
3.3. Articulação Curricular – identificação dos conteúdos comuns	10
3.4. Currículo Local	11
3.4.1. Plano de Melhoria da Língua Portuguesa	12
3.4.2. Plano de Intervenção Pedagógica	12
3.4.3. Planos de desenvolvimento	14
3.4.4. Curso vocacional de Artes e Multimédia	14
3.4.5. Disciplinas de oferta de escola: Dança e Oficina de Artes	14
3.4.6. Disciplina de Oferta Complementar	15
3.4.7. Apoio ao estudo	16
3.4.8. Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)	17
3.4.9. Atividade de complemento do currículo: clubes, projetos e atividades	18
4. Metodologias	19
5. Abordagem dos Temas Transversais	22
6. Avaliação das Aprendizagens	23
6.1. Enquadramento	23
6.2. Terminologia a adotar na comunicação da avaliação aos encarregados de educação	24
6.3. Modalidades de avaliação	25
6.4. Intervenientes e competências	25
6.5. Formalização da avaliação sumativa interna	26
6.6. Avaliação sumativa externa	28
6.7. Critérios Gerais de Avaliação	29
6.8. Avaliação dos alunos impossibilitados de realizar a prática na disciplina de Educação Física	36
6.8.1. Dispensas da Prática da Aula de Educação Física por Impossibilidade Física	36

6.8.2. Avaliação dos alunos com dispensa da atividade física	37
6.9. Critérios de avaliação dos Cursos Básicos de Música	38
6.9.1. Academia de Música de Santa Maria da Feira	39
6.9.2. Academia de Música de Paços de Brandão	40
6.11. Procedimentos a adotar por todos os professores	43
6.11.1. Instrumentos de avaliação/ recolha de informação	43
6.11.2. Testes escritos	44
6.11.3. Trabalhos escritos	44
6.11.4. Informação sobre a avaliação	45
6.12. Critérios de Progressão / Aprovação dos alunos	46
6.13. Alunos com Necessidades Educativas Especiais	48
7. Formas de Organização Gerais	48
7.1. Calendário escolar	48
7.2. Horário de funcionamento das Escolas	48
7.3. Estruturas de coordenação e supervisão	49
7.4. Bibliotecas Escolares	50
7.5. Necessidades Educativas Especiais	51
7.6. Critérios gerais de funcionamento das escolas do Agrupamento	52
7.6.1. Princípios gerais	52
7.6.2. Critérios gerais	53
7.6.3. Horário dos professores e distribuição de serviço docente	55
7.6.4. Constituição de turmas	57
7.6.5. Indicações para a ocupação plena dos tempos escolares	59
7.8. Desporto escolar	60
7.8. Atividades pedagógicas, científicas, culturais e desportivas	61
8. Plano de Formação do Agrupamento	64
9. Matrizes curriculares	64
9.1. Áreas de Conteúdo da Educação Pré-escolar	64
9.2. Matriz curricular do 1.º ciclo	65
9.3. Matriz curricular do 2.º ciclo	66
9.4. Matriz curricular do Curso Básico de Música 2.º ciclo	67
9.5. Matriz curricular do 3.º ciclo	68
9.6. Matriz curricular do Curso Básico de Música 3.º ciclo	70
10. Iniciativas dos Elementos da Comunidade Escolar	71

10.1. Participação das associações de pais e encarregados de educação	71
10.2. O papel dos assistentes operacionais e assistentes técnicos	72
10.3. Parcerias com entidades locais	73
11. Direção de Turma.....	75
12. Plano de Atividades da Turma	76
12.1. Enquadramento	76
12.2. Proposta de estruturação do documento final do Plano de Atividades da Turma	77
13. Avaliação do Projeto Curricular do Agrupamento	78
14. Revisão do Projeto Curricular do Agrupamento	79
16. Referências Bibliográficas	80
17. Anexos	83

0. Introdução

O presente documento insere-se no conjunto de documentos-base que conferem real autonomia à Escola. O Projeto Curricular de Agrupamento possui uma articulação específica com o Projeto Educativo, uma vez que consubstancia na prática a filosofia expressa neste documento. O Projeto Curricular de Agrupamento constitui a adequação do Currículo Nacional ao nosso Agrupamento, configurando este documento o suporte para a elaboração dos respetivos Planos de Atividades das Turmas.

L. del Cármen e A. Zabala (1991:169) definem o projeto curricular como *«um conjunto de decisões articuladas, partilhadas pela equipa de docentes, tendentes a dotar de maior coerência a sua atuação, concretizando as orientações curriculares de âmbito nacional em propostas globais de intervenção pedagógico-didática adequadas a um contexto específico»*.

O quadro legislativo atual, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho, confere ao Agrupamento um amplo espaço de intervenção e decisão no que respeita à organização curricular, procurando que a ação educativa responda efetivamente às necessidades reais dos alunos.

Procura, contudo, balizar essa mesma intervenção em consonância com princípios universais hoje aceites e defensáveis a nível das sociedades desenvolvidas, o princípio da educação para todos e o princípio da educação e formação ao longo da vida, o que implica, da parte da Escola, uma atenção permanente às situações de exclusão, um trabalho de clarificação das aprendizagens cruciais e dos modos como elas se processam, dotando os alunos de instrumentos de recolha e tratamento da informação que lhes permitam, com maior autonomia, ter acesso ao conhecimento, enquanto em simultâneo se procura tornar as escolas mais humanizadas e atentas às diferenças individuais da sua população escolar.

A escola portuguesa assume-se como um espaço de Educação para a Cidadania, integrando na sua oferta curricular experiências de aprendizagem diversificadas, com maior espaço de envolvimento efetivo dos alunos e atividades de apoio ao estudo, respondendo aos desafios colocados pela sociedade.

1. Princípios Orientadores do Projeto Educativo

Como preconiza o Projeto Educativo pretendemos ser um «Agrupamento para todos num agrupamento como um todo». Assim, propomo-nos a:

1. Criar condições que concretizem uma formação de base com qualidade nas aprendizagens contribuindo para a construção de uma escola inclusiva, uma escola de afetos, humana, criativa e inteligente, que vise a formação integral de todas as crianças e jovens;
2. Promover aprendizagens realmente significativas, através do esforço, do trabalho e do empenho;
3. Fomentar a partilha e o trabalho cooperativo entre os docentes dos diversos departamentos e ciclos/níveis de ensino;
4. Desenvolver um clima de satisfação estimulante e extensivo a todos os intervenientes no processo educativo;
5. Continuar a implementar um modelo de modernização administrativa, pela prestação de melhores serviços, pela desburocratização de procedimentos e pelo aumento de qualidade da gestão e funcionamento do aparelho administrativo do Agrupamento;
6. Melhorar os mecanismos de comunicação e participação interna a nível do Agrupamento;
7. Continuar a criar condições para tornar o Agrupamento cada vez mais uma instituição com identidade própria, interveniente e aceite de pleno direito junto da comunidade.
8. Combater a exclusão e abandono escolares através da criação de dispositivos de gestão do currículo destinados a alunos que revelem insucesso escolar reiterado, visando assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e a consequente aquisição dos conhecimentos e capacidades exigíveis no final de cada ciclo/nível de ensino;
9. Otimizar os espaços existentes de modo a rentabilizar as potencialidades do Agrupamento;
10. Combater a indisciplina fazendo da escola um espaço de convívio agradável em termos de socialização e interação, facilitador do desenvolvimento pessoal e social dos alunos;
11. Reforçar a autoridade e liderança hierárquica dos docentes na sala de aula, de forma a que nesta haja uma verdadeira dinâmica de aprendizagem;

12. Incentivar a participação dos Pais, Encarregados de Educação e de outros membros da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento;
13. Propiciar aos alunos um percurso na escolaridade integralmente realizado no mesmo agrupamento.

2. Intenções do Projeto Curricular de Agrupamento



Face às características da nossa população escolar, crianças oriundas, na sua maioria, de meios sociofamiliares pouco estimulantes em termos educativos, ambientes em que a escrita e a leitura não fazem parte do quotidiano das famílias;

Considerando também que, com exceção da sede do concelho, as crianças que frequentam estabelecimentos de ensino do Agrupamento não têm acesso regular a meios de cultura e desporto, não frequentam bibliotecas, não visitam exposições, não têm acesso ao cinema e ao teatro, não praticam com regularidade uma modalidade desportiva;

Tendo também em linha de conta que algumas das nossas crianças não têm acesso aos meios informáticos por intermédio das suas famílias;

Torna-se claro que cabe à Escola, no seu conjunto, atenuar algumas diferenças de partida, proporcionando aos alunos do concelho experiências ricas e diversificadas e afirmando a necessidade de implementar uma política de discriminação positiva no sentido de, se não colmatar, pelo menos atenuar essas diferenças, não permitindo que estas crianças sejam duplamente penalizadas.

Neste sentido, considera-se prioritário que a ação educativa enquadre devidamente estas crianças e se constitua como a grande referência em termos educativos, facultando-lhes, o desenvolvimento de conhecimentos e capacidades ao nível do(a):

1. Domínio da língua portuguesa, em termos da oralidade e da escrita;
2. Compreensão e procura de informação no texto escrito, através da promoção de hábitos de leitura;
3. Domínio, por parte dos alunos, dos meios informáticos, nomeadamente no que se refere ao processador de texto, utilização da *Internet* e do correio eletrónico;
4. Pesquisa e investigação, com recurso a suportes escritos e à *Internet*;
5. Raciocínio lógico ao nível da resolução de problemas;
6. Inter-relação dos diferentes saberes;
7. Organização e autonomia para desenvolver projetos individuais, a pares ou em pequeno grupo.

Os docentes, nos termos dos seus deveres profissionais e pelo facto de serem os profissionais que melhor e mais profundamente conhecem o grupo e cada aluno individualmente, deverão gerir o processo de ensino aprendizagem adotando mecanismos de diferenciação pedagógica suscetíveis de responder às necessidades individuais dos alunos, assim como utilizar novos meios e estratégias que reforcem a qualidade da prática pedagógica, numa perspetiva de abertura à inovação.

3. Desenvolvimento Curricular

Segundo o Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho, entende-se por currículo o conjunto de conteúdos e objetivos que, devidamente articulados, constituem a base da organização do ensino e da avaliação do desempenho dos alunos.

O currículo é o que enforma o perfil definido de aluno. Pode ser entendido como o plano de ação que, dando sentido ao tradicional espaço da sala de aula, o extravasa, ultrapassando o simples saber e saber fazer para atingir o saber ser. Prepara os alunos para uma cidadania efetiva, comprometida social e solidariamente, responsavelmente interventiva, que torne o cidadão, na sociedade globalizada em que vivemos, em pessoa capaz de potenciar as capacidades criadoras do ser humano, sem esquecer os limites éticos e técnicos.

3.1. Documentos de referência para o desenvolvimento curricular

Os Programas/Orientações Curriculares constituem-se como documentos curriculares de referência para o desenvolvimento do ensino, apresentando, de forma detalhada, as finalidades de cada disciplina, os objetivos cognitivos a atingir, os conteúdos a adquirir e as capacidades gerais a desenvolver.

Visando promover o sucesso educativo dos alunos, os Programas deverão ser utilizados conjuntamente com as Metas Curriculares homologadas, as quais enunciam, de forma organizada e sequencial, os objetivos de desempenho essenciais e os conteúdos pertinentes a adquirir e a aplicar em cada disciplina.

Salienta-se que a aplicação dos Programas/Orientações Curriculares e das Metas Curriculares deve respeitar e valorizar a autonomia pedagógica dos professores, bem como a sua experiência profissional e o seu conhecimento científico sólido.

A definição das Metas Curriculares organiza e facilita o ensino, pois fornece uma visão o mais objetiva possível daquilo que se pretende alcançar, permite que os professores se concentrem no que é essencial e leva a delinear as melhores estratégias de ensino.

Desta forma, o desenvolvimento do ensino será orientado por Metas Curriculares, definidas pelos serviços centrais do Ministério de Educação e Ciência, nas quais são definidos, de forma consistente, os conhecimentos e as capacidades essenciais que os alunos devem adquirir, nos diferentes anos de escolaridade e ciclos. As Metas constituem, assim, as referências fundamentais para a organização do ensino, conjuntamente com os Programas/Orientações Curriculares de cada disciplina, apresentando os conteúdos ordenados sequencialmente ou hierarquicamente, ao longo das várias etapas de escolaridade.

Neste contexto, as Metas referem-se àquilo que pode ser considerado como a aprendizagem essencial a realizar pelos alunos em cada disciplina, por ano de escolaridade e por ciclo, realçando o que nos Programas/Orientações Curriculares deve ser objeto de ensino, representando um documento normativo de permanente utilização obrigatória, por parte dos professores.

As Metas Curriculares são um meio privilegiado de apoio à planificação e à organização do ensino, constituindo-se, igualmente, como um referencial para a avaliação interna e externa, com especial relevância para as Provas Finais do Ensino Básico.

3.2. Gestão Curricular

«A Gestão curricular envolve todo o conjunto de processos e procedimentos através dos quais se tomem as decisões necessárias quanto aos modos de implementação e organização de um currículo proposto, no quadro de uma instituição escolar...»

Roldão, O Diretor de Turma e a Gestão Curricular

3.2.1. Procedimentos de gestão do currículo

A gestão do currículo pelas diferentes estruturas, implica:

- O respeito pelos Programas/Orientações Curriculares e pelas Metas curriculares;
- O estabelecimento dos conteúdos prioritários e respetiva sequência;
- A definição do nível de aprofundamento;
- A definição de metodologias a privilegiar;
- Os projetos/atividades a desenvolver;
- As modalidades de integração interdisciplinar a promover.

Estes procedimentos são operacionalizados, no início de cada ano letivo, nos Planos Anuais (vd anexo A.1) e nos Planos de Unidade (vd anexo A.2) para cada disciplina.

O processo de gestão curricular desenvolve-se numa forma dinâmica e interativa sendo intervenientes: os órgãos de administração e gestão, que assumem a execução do

Projeto Educativo do Agrupamento; os coordenadores de departamento/subcoordenadores, que estruturam em cada departamento/subdepartamento a gestão curricular da respetiva disciplina; os diretores de turma/professores titulares de turma/educadores que asseguram a articulação entre os docentes da turma, os alunos e os encarregados de educação; e os professores de cada turma e de cada disciplina a quem cabe a gestão direta do currículo no terreno.

Este processo de gestão curricular desenvolve-se em momentos perfeitamente identificados e inter-relacionados em que decidir, desenvolver, avaliar e redefinir fazem parte de um ciclo contínuo, em espiral, que define e formula ou reformula a ação dos diferentes intervenientes.

Do exposto, se entende que todos os intervenientes na gestão do currículo estão envolvidos em diferentes processos de monitorização que visam a melhoria.

3.2.2. Processos de monitorização

No Agrupamento está instituída a monitorização do cumprimento dos planos curriculares, a monitorização das metodologias /estratégias a privilegiar, dos projetos /atividades a desenvolver, bem como a monitorização do trabalho desenvolvido ao nível dos conselhos de turma/conselho de docentes, tendo por base a leitura das respetivas atas.

A monitorização do cumprimento dos planos curriculares é feita ao nível dos departamentos/subdepartamentos bem como ao nível dos conselhos de turma/conselho de docentes através de um registo efetuado num documento em uso no Agrupamento (vd anexo A.3). Quando são detetados desvios relativamente à programação efetuada são discutidas as razões /motivos e propostas as medidas a implementar.

A monitorização das metodologias/estratégias a privilegiar é feita ao nível dos conselhos de turma/conselho de docentes, através da análise dos resultados da avaliação. Este procedimento é efetuado nos vários momentos de avaliação intercalar e sumativa e registado num documento em uso no Agrupamento (vd anexo A.4) procedendo-se à alteração de metodologias/estratégias nos casos em que os objetivos não tenham sido alcançados.

A monitorização da consecução dos objetivos dos projetos/atividades desenvolvidas é feita pelos professores responsáveis pelas respetivas atividades, auscultados os diversos intervenientes, através do preenchimento do modelo de relatório em vigor no Agrupamento (vd anexo A.5). Este documento é enviado ao coordenador de departamento/coordenador de ciclo, que, após a respetiva análise, o remete à secção de atividades do Conselho Pedagógico.

O balanço efetuado pela secção de atividades é apresentado ao plenário do Conselho Pedagógico, que emite parecer.

A monitorização do trabalho realizado ao nível dos Conselhos de Turma é feita através da leitura das atas dos referidos conselhos. Esta monitorização é feita pelos coordenadores de ciclo, através da identificação, em grelha elaborada para o efeito, de sugestões, de problemas, e respetivas propostas de resolução, ou outros assuntos considerados pertinentes. O resultado do processo de monitorização é apresentado e discutido nas reuniões de coordenação de ciclo/ano, assim como no Conselho Pedagógico, no sentido da melhoria do trabalho desenvolvido ao nível dos Conselhos de Turma.

3.2.3. Mecanismos de remediação em casos de atrasos na lecionação de programas

Com vista a contribuir para a remediação em casos de atrasos na lecionação de programas, sugerem-se os seguintes mecanismos:

- Permutas e cedências de aulas negociadas em Conselhos de Turma e anotadas nos PAT (Planos de Atividades da Turma);
- Possibilidade de aulas suplementares;
- Reformulações programáticas, definindo articulações possíveis e/ou núcleos prioritários de conteúdos fundamentais;
- Recurso aos apoios educativos;
- Inclusão na avaliação final do Plano de Atividades da Turma dos conteúdos não lecionados de forma a serem abordados no ano letivo seguinte.

3.3. Articulação Curricular – identificação dos conteúdos comuns

As estruturas de orientação educativa são responsáveis pela articulação vertical e horizontal dos currículos, de acordo com o respetivo projeto de articulação curricular, pela organização e gestão do processo ensino e aprendizagem e pela organização dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos de cada nível e de cada ciclo.

Passo 1 – Definição de modos de articulação curricular

Em primeiro lugar, há que identificar os conteúdos comuns às diferentes disciplinas para, a seguir:

- Analisar a possibilidade de alterar a ordem sequencial dos conteúdos (mobilidade de conteúdos);
- Proceder à sequencialização / calendarização dos conteúdos (em função do trabalho realizado);
- Coordenar as programações para facilitar o trabalho interdisciplinar de temas que dependem de conteúdos e procedimentos que são próprios de outras disciplinas.

Passo 2 – Planificação de Atividades Interdisciplinares

Dever-se-á ter em conta:

- A concretização dos objetivos do Projeto Educativo do Agrupamento;
- O desenvolvimento dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos em cada ano de escolaridade;
- O tratamento de temas transversais em cada ano de escolaridade;
- O tema aglutinador do Agrupamento.

3.4. Currículo Local

As opções a tomar no âmbito do currículo local devem responder às necessidades diagnosticadas em alunos/turmas, quer em situações de défice de aprendizagem, quer em situações de aprendizagem excecional, ou outras consideradas relevantes.

3.4.1. Plano de Melhoria da Língua Portuguesa

Tal como preconiza o Projeto Educativo e no sentido de proporcionar aos alunos o pleno domínio da língua portuguesa, o Agrupamento prevê a aplicação de um Plano de Melhoria da Língua Portuguesa operacionalizado pelos professores titulares de turma /Conselhos de Turma. Este plano deve contemplar os itens que se apresentam.

12

Estrutura do Plano de Melhoria da Língua Portuguesa	
Objetivos	- Melhorar o desempenho dos alunos ao nível da compreensão, <i>expressão oral e escrita e da argumentação</i> . -
Quem faz...	Os professores titulares de turma/ Conselho de Turma
Como faz...	- Pesquisa, seleção, análise, tratamento da informação e produção de documentos <ul style="list-style-type: none">• Preenchimento da ficha de leitura dos documentos consultados• Produção de vários tipos de textos - Leitura e exploração de textos, mapas, gráficos, ... - Realização de sínteses, esquemas, mapas conceituais, ... - Apresentações orais, com: <ul style="list-style-type: none">• Realização de debates centrados na expressão de opiniões sobre questões significativas e enquadradas nos conteúdos curriculares;• Apresentação oral de trabalhos de pesquisa realizados pelos alunos;• Apresentação oral do raciocínio utilizado na resolução de um problema;• Questões orais com justificação de opinião, diálogo, ... - Realização de trabalhos escritos, com: <ul style="list-style-type: none">• Identificação e correção de erros• Reescrita de textos• Elaboração de relatórios - Sessões de leitura <ul style="list-style-type: none">• Leitura de obras de ficção sobre temas específicos das diversas disciplinas, apelando ao envolvimento dos encarregados de educação na motivação dos seus educandos. -
Quando faz...	Ao longo do ano letivo.
Monitorização do processo e do produto final	Realizada pelos professores titulares de turma/conselho de turma, e posteriormente pelos coordenadores de ciclo em articulação com a equipa de autoavaliação e o departamento de Português.

3.4.2. Plano de Intervenção Pedagógica

Face a situações que indiciem dificuldade quer ao nível da apropriação de conhecimentos quer ao nível dos comportamentos e das atitudes que revelam os valores assumidos, o Agrupamento, através da análise dessas situações em sede de Conselho

Pedagógico, preconiza a implementação de planos de ação designados por Planos de Intervenção Pedagógica.

Estes planos visam desenvolver práticas pedagógicas diferenciadas, com vista à consolidação das aprendizagens, disponibilizando os recursos e instrumentos necessários e adequando as aprendizagens ao ritmo individual dos alunos.

Neste sentido, importa contar com a intervenção do Gabinete dos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) em estreita colaboração com os Diretores de Turma e Direção da Escola, bem como do SASE no acompanhamento de alunos carenciados, providenciando condições financeiras e materiais para a integração escolar dos alunos.

Os planos de ação / intervenção pedagógica devem obedecer à seguinte estrutura:

Estrutura do Plano de Intervenção Pedagógica	
Identificação da situação da turma / do problema	O professor titular de turma/conselho de turma identifica/contextualiza a situação da turma e / ou do(s) problema(s) da turma.
Definição de prioridades	O professor titular de turma/conselho de turma estabelece as prioridades a curto e médio prazo.
Identificação do(s) objetivo(s)	O professor titular de turma/conselho de turma define o(s) objetivo(s) para cada prioridade estabelecida e, simultaneamente, define como se irá verificar a sua consecução identificando critérios de sucesso. Na sua definição os objetivos devem ser: Específicos – relacionados com o desempenho e as aprendizagens; Mensuráveis – definidos em termos de desempenho e das aprendizagens esperadas dos alunos; Alcançáveis – tendo em atenção os recursos da escola; Relevantes – quanto à educação dos alunos e às finalidades da escola; Datados – relativos a um dado tempo, isto é, estabelecidos para um período de concretização realista e com uma data de tempo determinado.
Seleção de estratégias	O professor titular de turma/conselho de turma seleciona as estratégias e define as tarefas/atividades necessárias à sua concretização. (O que há a fazer? Quem o fará? Quando? Que recursos são necessários?)
Implementação do plano	Todos os envolvidos devem consciencializar-se da sua responsabilidade e do cumprimento das tarefas que lhes foram atribuídas.
Avaliação	O professor titular de turma/conselho de turma deve verificar se as estratégias estão a ser bem implementadas, a originar os resultados pretendidos (avaliação da implementação e avaliação de progresso), envolvendo todos os intervenientes, com a regularidade necessária, e procedendo à reformulação do plano, caso se justifique.

3.4.3. Planos de desenvolvimento

No sentido de otimizar o desempenho dos alunos com elevada capacidade de aprendizagem, o Agrupamento apoiará e estimulará a sua participação em projetos próprios e/ou projetos de âmbito nacional/internacional como as Olimpíadas da Matemática, da Física, da Química Júnior, da Biologia Júnior, Concurso Nacional de Leitura e outros.

3.4.4. Curso vocacional de Artes e Multimédia

No âmbito da oferta formativa no ensino básico estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, os cursos vocacionais constituem-se como uma modalidade de ensino orientada para a formação inicial dos alunos.

Estes cursos privilegiam tanto a aquisição de conhecimentos em disciplinas estruturantes, como o português, a matemática e o inglês, como o primeiro contacto com diferentes atividades vocacionais, permitindo paralelamente o prosseguimento de estudos no ensino secundário.

Com esta via educativa pretende-se completar a resposta a necessidades fundamentais dos alunos e assegurar a inclusão de todos no percurso escolar. Estes cursos devem garantir uma igualdade efetiva de oportunidades, consagrando alternativas adequadas e flexíveis, que preparem os jovens para a vida, dotando-os de ferramentas que lhes permitam vir a enfrentar no futuro, também, os desafios do mercado de trabalho.

Com esta finalidade o Agrupamento desenvolveu o projeto conducente à implementação do curso vocacional de Artes e Multimédia.

3.4.5. Disciplinas de oferta de escola: Dança e Oficina de Artes

Uma formação completa e integral dos alunos não se limita ao desenvolvimento dos conteúdos programáticos das diferentes disciplinas do currículo nacional, adaptando-os ao contexto local. O currículo local também é concretizado através das disciplinas de oferta de escola na área artística ou tecnológica, a oferecer aos alunos, no sentido de contribuir para uma formação harmoniosa, mais abrangente e mais em consonância com o contexto de proveniência dos alunos.

Desta forma, existe uma linha condutora entre as atividades propostas e o Projeto Educativo do Agrupamento.

Tendo em conta a experiência e avaliação de anos letivos anteriores, optou-se pela oferta das disciplinas de Dança e de Oficina de Artes, fundamentando-se as opções tomadas no interesse manifestado pelos alunos, constatado nos resultados e na evolução qualitativa das suas capacidades em Oficina de Artes e ainda, na existência de um quadro estável de docentes do grupo de recrutamento de Artes Visuais e de Educação Física, o que contribui para a continuidade e desenvolvimento do processo educativo.

A oferta de escola do Agrupamento procura adaptar-se, anualmente, às características da nossa população escolar.

Nestes termos, os alunos têm ao seu dispor, no ano letivo 2014/2015, a seguinte oferta curricular:

- Dança (7.º ano de escolaridade);
- Oficina de Artes (8.º ano de escolaridade).

3.4.6. Disciplina de Oferta Complementar

No Agrupamento, a oferta complementar integra o currículo, sendo operacionalizada em Educação para a Cidadania, no 1.º ciclo, e Escola e Cidadania, nos 2.º e 3.º ciclos. É um espaço privilegiado para o desenvolvimento da educação para a cidadania, constituindo um espaço de diálogo e reflexão sobre experiências vividas e preocupações sentidas pelos alunos e sobre questões relativas à sua participação, individual e coletiva na vida da turma, da escola e da comunidade. A atividade a desenvolver neste domínio contará também com sessões de informação e de debate desenvolvidas com a colaboração da Polícia de Segurança Pública – Escola Segura, Unidade de Saúde Pública de Santa Maria da Feira, entre outras.

Com a organização e formalização da Escola e Cidadania, o Agrupamento proporciona uma maior proximidade e acompanhamento da turma por parte do respetivo diretor de turma e possibilita melhores condições para o desenvolvimento do Plano de Atividades da Turma, elaborado no conselho de turma.

Para assegurar uma maior coerência no desenvolvimento da oferta complementar de Escola e Cidadania, apresentam-se algumas orientações sobre os temas a abordar:

- Divulgação e análise dos documentos orientadores e referenciais do Agrupamento, em especial: Estatuto do Aluno e Ética Escolar (Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro); Regulamento Interno do Agrupamento (direitos e deveres do aluno; disciplina, etc.), Projeto Educativo, ... ;
- Regulamento do Quadro de Mérito e Boas Práticas;

- Realização trimestral de assembleias de turma para debate do funcionamento da escola e preparação das Assembleias de Delegados de Turma;
- Implementação da educação para a saúde e sexualidade em articulação com a equipa respetiva e de acordo com a legislação em vigor;
- Dinamização e/ou participação em projetos de voluntariado, campanhas de sensibilização e/ou solidariedade e outros;
- Reflexão e discussão de temáticas relevantes e atuais no contexto da sociedade portuguesa, contribuindo para o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos;
- Tratamento das temáticas transversais definidas por ano de escolaridade;
- Acompanhamento do quotidiano dos alunos da turma.

O desenvolvimento da oferta complementar de Escola e Cidadania obedece a uma planificação que deve figurar no respetivo Plano de Atividades da Turma, com a identificação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver, as experiências de aprendizagem a promover, a respetiva calendarização e avaliação.

3.4.7. Apoio ao estudo

Apesar de o Apoio ao Estudo estar contido no currículo nacional, a sua concretização realiza-se a nível local. Por isso, se deixam aqui algumas indicações consideradas pertinentes.

Nos 1.º e 2.º Ciclos, desenvolve-se o “Apoio ao Estudo”, que visa promover a apropriação, pelos alunos, de métodos de estudo, de trabalho e de organização, assim como o desenvolvimento de atitudes e capacidades que favoreçam uma crescente autonomia na realização das suas próprias aprendizagens.

Os docentes com a responsabilidade do acompanhamento dos alunos no “Apoio ao Estudo” devem centrar a sua ação no desenvolvimento de competências transversais, uma vez que são aquelas que representam, de forma mais significativa, a estruturação do conhecimento de modo transversal a todas as disciplinas do currículo.

O “Apoio ao Estudo” é de frequência obrigatória para os alunos do 1.º ciclo. No 2.º ciclo, é obrigatório para aqueles que forem indicados pelo conselho de turma, desde que obtido o acordo dos encarregados de educação.

Deve ser prestado visando os seguintes objetivos:

- Promover a melhoria das aprendizagens;
- Orientar o aluno na identificação e análise de estratégias e métodos de estudo;
- Complementar as estratégias de ensino através de uma pedagogia diferenciada;

- Desenvolver atividades como reforço nas disciplinas de Matemática, Português e Inglês, bem como naquelas em que se reconheça real necessidade ou oportunidade;
- Desenvolver competências de consulta e utilização de diversas fontes de informação;
- Orientar os alunos na autoavaliação relativamente à eficácia e métodos de estudo utilizados;
- Valorizar e promover o saber estar e o trabalhar em grupo;
- Desenvolver atividades no âmbito dos Planos de Acompanhamento Pedagógico Individual dos alunos.

Os professores que lecionam aulas de “Apoio ao Estudo” (quando não lecionam às suas próprias turmas) devem articular o trabalho com os professores titulares das turmas, no caso do 1.º ciclo, e, no caso do 2.º ciclo, prestar informações, nos momentos de avaliação (intercalar e final de período), ao diretor de turma dos alunos a que dão apoio, de modo a que este processo possa também contribuir para a avaliação dos mesmos.

O conselho de turma desempenha um importante papel no desenvolvimento das atividades relativas ao “Apoio ao Estudo” e à disciplina de “Escola e Cidadania”, nomeadamente na tomada de decisões, planificação, acompanhamento e avaliação dos resultados.

3.4.8. Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)

Cada uma das escolas organiza um conjunto de atividades adequadas à sua população e aos seus recursos, procurando obter-se uma otimização global da sua utilização, promovendo e valorizando parcerias que permitam a partilha e coordenação de ofertas e recursos.

No 1.º ciclo, são proporcionadas aos alunos atividades de enriquecimento do currículo, de caráter facultativo, de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural, incidindo, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico, bem como no domínio da aprendizagem do Inglês enquanto a sua obrigatoriedade curricular não for implementada e/ou nos anos de escolaridade em que não for implementada.

As Atividades de Enriquecimento Curricular pretendem cumprir o objetivo de garantir a todos os alunos do 1.º Ciclo, de forma gratuita, a oferta de um conjunto de aprendizagens enriquecedoras do currículo.

Para a implementação do conceito de escola a tempo inteiro, cabe ao Agrupamento a definição de um plano de atividades de enriquecimento curricular selecionadas de acordo com

os objetivos enunciados no Projeto Educativo e operacionalizadas no Plano Anual de Atividades.

As Atividades de Enriquecimento Curricular são programadas pela Diretora do Agrupamento, sob proposta do Conselho Pedagógico e aprovadas em Conselho Geral.

A oferta das Atividades de Enriquecimento Curricular do Agrupamento é a seguinte: Atividade Física e Desportiva; Atividades Lúdico-Expressivas (Artes); e Inglês.

Estas atividades têm um caráter lúdico/didático, são planificadas em articulação com os professores titulares de turma, tendo por base o Plano de Atividades da Turma e o Plano Anual de Atividades.

Compete a cada um dos coordenadores das Atividades de Enriquecimento Curricular promover uma reunião, no início do ano letivo, com os professores das respetivas Atividades de Enriquecimento Curricular a fim de organizarem e planificarem o trabalho a desenvolver ao longo do ano.

O funcionamento das Atividades de Enriquecimento Curricular é feito através de uma articulação com as atividades curriculares de caráter obrigatório e é realizada quer ao nível horizontal (com os Coordenadores de Ano e Coordenadores de Estabelecimento) quer ao nível vertical (com os departamentos curriculares dos 2.º e 3.º ciclos através do respetivo Coordenador das Atividades de Enriquecimento Curricular). No Agrupamento, a oferta será: Inglês inserido no Departamento das Línguas Estrangeiras; Atividades Lúdico-Expressivas (Artes) e a Atividade Física e Desportiva nos Subdepartamentos de Educação Física e Educação Visual e Tecnológica, na medida em que estas atividades constituem uma componente significativa do Projeto Educativo/Plano Anual de Atividades.

3.4.9. Atividade de complemento do currículo: clubes, projetos e atividades

O Agrupamento promove o desenvolvimento de projetos e atividades que contribuam para a formação pessoal e social dos alunos, designadamente educação cívica, educação para a saúde, educação para os *media*, educação rodoviária, educação para o consumo, educação para o empreendedorismo e educação ética e cívica, sendo esta última destinada aos alunos que não frequentam a disciplina de Educação Moral e Religiosa.

Nos 2.º e 3.º ciclos, em complemento das atividades curriculares e valorizando a participação dos alunos, são organizadas e realizadas ações de formação cultural e de educação artística, de educação física e de desporto escolar, de educação para a cidadania, de inserção e de participação na vida comunitária, visando especialmente a utilização criativa e

formativa dos tempos livres, orientadas, em geral, para a formação integral e para a realização pessoal e social dos alunos.

Os projetos e atividades são aprovados anualmente pelo Conselho Pedagógico, tendo em conta as necessidades identificadas, as capacidades a desenvolver, bem como os recursos físicos e humanos existentes.

Serão os seguintes os seus objetivos:

- Reforçar o gosto pela prática regular da atividade física;
- Valorizar o sentido de cooperação com os outros;
- Melhorar a autoestima;
- Promover novas aquisições em áreas complementares do saber;
- Desenvolver uma atitude cultural, ambiental e estética;
- Ocupar os tempos sem carga letiva dos alunos.

As atividades funcionam nos moldes definidos nos projetos aprovados em Conselho Pedagógico, conciliando as necessidades do Agrupamento e os recursos humanos e físicos.

Estas atividades são sujeitas a uma avaliação no final de cada período e carecem de um número mínimo de inscritos para funcionar, a definir na respetiva ficha de projeto.

A frequência das atividades fica sujeita às seguintes condições:

- Quando se destinam à ocupação de tempos livres, são de frequência facultativa, embora sujeita a inscrição. Após a inscrição, tornam-se de frequência obrigatória e sujeitas ao regime de assiduidade. A ultrapassagem de três faltas injustificadas implica a exclusão do aluno, após a comunicação do diretor de turma ao encarregado de educação.
- Quando propostas no âmbito dos Planos de Acompanhamento Pedagógico Individual, a sua frequência torna-se obrigatória, desde que obtido o acordo dos encarregados de educação.

4. Metodologias

Com vista à aquisição de conhecimentos e ao desenvolvimento de capacidades pelos alunos, devem ser consideradas as seguintes orientações metodológicas:

1. As metodologias a privilegiar devem ser as que consideram o ensino centrado no aluno, valorizando o desenvolvimento da sua personalidade, dos processos de organização do conhecimento, da capacidade de ação e relacionamento interpessoal;
2. O processo de ensino-aprendizagem deve privilegiar uma aprendizagem mais prática, em detrimento de aulas muito expositivas;

3. As metodologias e atividades devem ser diversificadas, promovendo várias aprendizagens: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver em comum;
4. O trabalho de grupo pode ter vários tipos de organização, mas deve partir do princípio de que os alunos também aprendem uns com os outros, nas dinâmicas e relações recíprocas que se estabelecem, de forma a que aqueles interiorizem as normas de convivência interpessoal e de grupo, de respeito pelos outros, tolerância e cooperação, bem como o desenvolvimento da capacidade de aprender em interação com os outros;
5. Os alunos devem participar nas atividades e resolução de problemas da Escola, através das Assembleias de Turma e de Delegados de Turma, conseguindo-se assim uma integração efetiva dos alunos na comunidade educativa;
6. A educação para a cidadania, com vista ao desenvolvimento de uma consciência cívica, deve permitir a interiorização das elementares regras sociais;
7. A utilização das tecnologias da comunicação e informação deve permitir aos alunos a aquisição de saberes imprescindíveis na atual sociedade.

Explicita-se, seguidamente, um conjunto de ações relativas à prática docente que se reconhecem essenciais para a consolidação das aprendizagens nas diferentes áreas e dimensões do currículo da educação básica:

1. Abordar os conteúdos da área do saber com base em situações e problemas;
2. Apoiar o aluno na descoberta das diversas formas de organização da sua aprendizagem, na construção da sua autonomia para aprender e em interação com os outros;
3. Apoiar o aluno no sentido de desenvolver o domínio da língua portuguesa nas diferentes áreas do saber;
4. Apoiar o aluno na escolha de linguagens que melhor se ajustem aos objetivos visados, em articulação com os seus interesses.
5. Criar na escola espaços e tempos para intervenção livre do aluno;
6. Desenvolver atividades integradoras de diferentes saberes, nomeadamente a realização cooperativa de projetos conducentes à tomada de consciência de si, dos outros e do meio;
7. Organizar atividades cooperativas de aprendizagem rentabilizadoras da autonomia, responsabilidade e criatividade de cada aluno, orientadas para a integração e troca de saberes e com a explicitação de papéis e responsabilidades.

8. Organizar o ensino com base em materiais e recursos diversificados, dando atenção a situações do quotidiano que favoreçam a autonomia e a criatividade do aluno, adequados às diferentes formas de aprendizagem e de trabalho cooperativo;
9. Organizar o ensino com base em materiais e recursos em que são utilizadas linguagens específicas;
10. Organizar o ensino prevendo:
 - A experimentação de técnicas, instrumentos e formas de trabalho diversificados;
 - A pesquisa, seleção, tratamento de informação e produção de documentos;
 - A realização de atividades em que é necessário estabelecer regras e critérios de atuação;
 - A realização de atividades por iniciativa do aluno;
 - A realização de jogos diversificados de modo a promover o desenvolvimento harmonioso do corpo em relação ao espaço e ao tempo;
 - A utilização de fontes de informação diversas e das tecnologias de informação e comunicação e para o desenvolvimento de estratégias de resolução de problemas;
 - A orientação e execução de atividades individuais, a pares, em grupos e coletivas;
 - O recurso a materiais pedagógicos em língua estrangeira;
 - A criação de situações de reflexão e de uso da língua portuguesa considerando a heterogeneidade linguística dos alunos.
11. Organizar o ensino valorizando situações de interação e de expressão oral e escrita que permitam ao aluno intervenções personalizadas, autónomas e críticas;
12. Promover a identificação e a articulação dos contributos de cada área do saber com vista ao uso corretamente estruturado da língua portuguesa, através da participação no Plano de Melhoria da Língua Portuguesa;
13. Promover a realização de atividades integradoras dos conhecimentos, nomeadamente a realização de projetos, em que seja necessário utilizar línguas estrangeiras e/ou que envolvam a resolução de problemas e a tomada de decisões;
14. Promover atividades de intercâmbio presencial ou virtual, com a utilização, cada vez mais intensa, das tecnologias de informação e comunicação;

15. Promover intencionalmente, na sala de aula e fora dela, atividades:
- Dirigidas à observação e ao questionamento da realidade e à integração de saberes;
 - Diferenciadas de comunicação e expressão;
 - Dirigidas à expressão e ao esclarecimento de dúvidas e dificuldades;
 - Dirigidas à pesquisa, seleção, organização e interpretação de informação;
 - Que permitam ao aluno fazer escolhas, confrontar pontos de vista e resolver problemas;
 - De simulação e jogos de papéis que permitam a perceção de diferentes pontos de vista;
 - Dirigidas à experimentação de situação pelo aluno e à expressão da sua criatividade;
 - Dirigidas ao trabalho cooperativo, desde a sua conceção à sua avaliação e comunicação aos alunos;
 - Dirigidas à apropriação de hábitos de vida saudáveis e à responsabilização face à sua própria segurança e à dos outros;
16. Rentabilizar as potencialidades das tecnologias de informação e de comunicação no uso adequado da língua portuguesa e diferentes linguagens;
17. Rentabilizar os meios de comunicação social e o meio envolvente na aprendizagem da língua portuguesa;
18. Rentabilizar as questões emergentes do quotidiano e da vida do aluno.

5. Abordagem dos Temas Transversais

Pretende-se implicar os alunos no seu processo de aprendizagem e criar condições para a sua participação na vida da escola, centrada na abordagem de temas transversais e na educação para os valores, evitando a repetição de conteúdos em diferentes anos do mesmo ciclo e contribuindo para a formação integral do aluno no final da escolaridade básica.

Os temas transversais a trabalhar prioritariamente em cada ano de escolaridade são os seguintes:

Ciclo	Ano de escolaridade	Temas transversais
Educação Pré-escolar	Educação Pré-escolar	Agir hoje... pensando no amanhã...
1.º Ciclo	1º ano	O corpo em harmonia
	2º ano	O corpo em crescimento
	3º ano	O corpo em descoberta
	4º ano	O corpo em mudança
2.º Ciclo	5º ano	Educação ambiental/Educação sexual
	6º ano	Educação para a saúde
3.º Ciclo	7º ano	Educação para a igualdade de oportunidades
	8º ano	Educação para os afetos
	9º ano	Educação para a sustentabilidade

6. Avaliação das Aprendizagens

6.1. Enquadramento

Considerando as disposições legais (Decreto-Lei n.º 139/ 2012, de 5 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho, bem como o Despacho Normativo n.º 13/2014, de 15 de setembro), a avaliação constitui um processo regulador do ensino, orientador do percurso escolar e certificador dos conhecimentos adquiridos e capacidades desenvolvidas pelo aluno.

A avaliação tem por objetivo a melhoria do ensino através da verificação dos conhecimentos adquiridos e das capacidades desenvolvidas nos alunos e da aferição do grau de cumprimento das metas curriculares fixadas por disciplina e para cada ano de escolaridade. A verificação prevista deve ser utilizada por professores e alunos para, em conjunto, melhorar o ensino e suprir as dificuldades de aprendizagem.

A avaliação tem ainda por objetivo conhecer o estado do ensino, retificar procedimentos e reajustar o ensino das diversas disciplinas aos objetivos curriculares fixados. (vd DL n.º 139/2012, de 5 de julho).

A avaliação tem uma vertente contínua e sistemática e fornece ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e aos restantes intervenientes informação sobre a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades, de modo a permitir rever e melhorar o processo de trabalho (vd despacho normativo n.º 13/2014, de 15 de setembro).

Na **educação Pré-escolar**, a avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa que implica procedimentos adequados à especificidade da atividade educativa no Jardim de Infância, tendo em conta a eficácia das respostas educativas. A avaliação na

Educação Pré-escolar assume uma dimensão marcadamente formativa, desenvolvendo-se num processo contínuo e interpretativo que procura tornar a criança protagonista da sua aprendizagem, de modo que vá tomando consciência do que já conseguiu, das dificuldades que vai tendo e como as vai ultrapassando.

A avaliação na Educação Pré-escolar assenta nos seguintes princípios: carácter holístico e contextualizado do processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança; coerência entre os processos de avaliação e os princípios subjacentes à organização e gestão do currículo definidos nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar (OCEPE); utilização de técnicas e instrumentos de observação e registos diversificados; carácter formativo; valorização dos progressos da criança; promoção da igualdade de oportunidades; e equidade.

Já nos diversos ciclos do **ensino básico**, a avaliação dos alunos incide sobre os conteúdos definidos nos programas e obedece às metas curriculares em vigor para as diversas disciplinas nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos. A aprendizagem relacionada com as componentes do currículo de carácter transversal ou de natureza instrumental, nomeadamente no âmbito da educação para a cidadania, da compreensão e expressão em língua portuguesa e da utilização das tecnologias de informação e comunicação, constitui objeto de avaliação em todas as disciplinas, de acordo com os critérios definidos pelo conselho pedagógico.

6.2. Terminologia a adotar na comunicação da avaliação aos encarregados de educação

No domínio da apropriação de conhecimentos e desenvolvimento de capacidades, os instrumentos de avaliação/recolha de informação serão classificados numa escala percentual de 0 a 100. A correspondência entre a menção qualitativa expressa e a escala percentual, é a seguinte, para todos os níveis de ensino do Agrupamento:

1.º / 2.º / 3.º Ciclo	
Menção qualitativa	Escala percentual
Não Satisfaz (nível 1)	0-19%
Não Satisfaz	20-49%
Satisfaz	50-69%
Satisfaz Bem	70-89%
Satisfaz Plenamente	90-100%

Nenhuma outra nomenclatura, para além desta, deve ser usada, nos instrumentos normais de avaliação. Nos momentos de avaliação sumativa, devem ser adotados os

procedimentos prescritos no Despacho Normativo n.º 13/2014, de 15 de setembro. A menção qualitativa poderá, caso se entenda necessário, ser acompanhada de uma apreciação ou comentário ao resultado obtido.

6.3. Modalidades de avaliação

25

A avaliação das aprendizagens compreende as modalidades de avaliação diagnóstica, de avaliação formativa e de avaliação sumativa.

A avaliação diagnóstica realiza-se no início de cada ano de escolaridade ou sempre que seja considerado oportuno, devendo fundamentar estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional.

A avaliação formativa assume caráter contínuo e sistemático, recorre a uma variedade de instrumentos de recolha de informação adequados à diversidade da aprendizagem e às circunstâncias em que ocorrem, permitindo ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e a outras pessoas ou entidades legalmente autorizadas obter informação sobre o desenvolvimento da aprendizagem, com vista ao ajustamento de processos e estratégias.

A avaliação sumativa traduz-se na formulação de um juízo global sobre a aprendizagem realizada pelos alunos, tendo como objetivos a classificação e certificação, e inclui a avaliação sumativa interna e externa.

6.4. Intervenientes e competências

Intervêm no processo de avaliação, designadamente:

- a) O professor/educador;
- b) O aluno;
- c) O departamento da educação pré-escolar, o conselho de docentes, no 1.º ciclo, e o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos;
- d) A diretora e o conselho pedagógico do Agrupamento;
- e) O encarregado de educação;
- f) O docente de educação especial e outros profissionais que acompanhem o desenvolvimento do processo educativo do aluno;
- g) A administração educativa.

A avaliação é da responsabilidade dos professores, do conselho de turma nos 2.º e 3.º ciclos, da diretora, do conselho pedagógico, assim como dos serviços ou entidades designadas para o efeito.

Compete à diretora, sob proposta do professor titular de turma, no 1.º ciclo, ou do diretor de turma, nos restantes ciclos, com base nos dados da avaliação, mobilizar e coordenar os recursos educativos existentes, com vista a desencadear respostas adequadas às necessidades dos alunos.

A diretora deve assegurar as condições de participação dos alunos, dos encarregados de educação, dos profissionais com competência em matéria de apoios especializados e dos demais intervenientes, nos termos definidos no regulamento interno.

Aos professores compete recolher, de forma sistemática, as informações e evidências de aprendizagem com base numa variedade de técnicas e instrumentos de avaliação. Compete-lhes ajustar o ensino e a aprendizagem e emitir apreciações e classificações referentes aos seus alunos. Deve-se fomentar o diálogo e a construção de instrumentos ao nível do departamento/subdepartamento curricular, pois avaliar é também um ato construído em grupo, solidário.

Aos alunos cabe empenharem-se no processo de ensino/aprendizagem, envolvendo-se num processo de autoavaliação que deverá ir muito além do seu parecer acerca da classificação do final do período. O aluno deverá, com a ajuda do professor, identificar dificuldades e áreas de preferência, tendo em vista, também, uma possível reorientação escolar.

Aos pais e Encarregados de Educação cabe um papel importante de acompanhamento do processo de ensino/aprendizagem dos seus filhos ou educandos, quer procurando organizar e fomentar hábitos e métodos de trabalho, quer através das informações avaliativas intercalares, quer através da participação nas reuniões promovidas pela escola.

Às outras entidades intervenientes (Serviço de Psicologia e Orientação Vocacional e outros) caberá intervir, quando necessário, de acordo com as suas competências e domínios de intervenção.

6.5. Formalização da avaliação sumativa interna

A avaliação tem, como se referiu, uma vertente contínua e sistemática com vista a fornecer elementos de informação que permitam a melhoria do trabalho no processo de ensino-aprendizagem.

No entanto, proceder-se-á a uma avaliação sumativa interna nos momentos e condições, como, a seguir, se discrimina.

A avaliação sumativa interna destina -se a:

a) Informar o aluno e o seu encarregado de educação sobre o desenvolvimento da aprendizagem definida para cada disciplina;

b) Tomar decisões sobre o percurso escolar do aluno.

A avaliação sumativa interna é realizada através de um dos seguintes processos:

a) Avaliação pelos professores, no 1.º ciclo, ou pelo conselho de turma, nos restantes ciclos, no final de cada período letivo;

b) Provas de equivalência à frequência.

A avaliação sumativa interna é da responsabilidade do ou dos professores da turma, ouvido o conselho de docentes, no 1.º ciclo, dos professores que integram o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, dos órgãos de administração e gestão, de coordenação e supervisão pedagógicas do Agrupamento.

Compete ao professor titular de turma, no 1.º ciclo, e ao diretor de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, coordenar o processo de tomada de decisões relativas à avaliação sumativa interna e garantir tanto a sua natureza globalizante como o respeito pelos critérios de avaliação definidos pelo Conselho Pedagógico.

A decisão quanto à avaliação final do aluno é da competência:

a) Do professor titular, em articulação com os restantes professores da turma, quando existam, no 1.º ciclo;

b) Do conselho de turma sob proposta dos professores de cada disciplina, nos 2.º e 3.º ciclos.

Nos 1.º, 2.º e 3.º anos de escolaridade, a informação resultante da avaliação sumativa interna, nos três períodos letivos, expressa-se de forma descritiva em todas as componentes não facultativas do currículo.

No 4.º ano de escolaridade, a avaliação sumativa interna, nos três períodos letivos, expressa-se numa escala de 1 a 5 nas disciplinas de Português e de Matemática e de forma descritiva nas restantes componentes não facultativas do currículo, sendo, neste caso, atribuída uma menção qualitativa de *Muito Bom*, *Bom*, *Suficiente* e *Insuficiente*.

A classificação interna final anual de cada disciplina é atribuída no final do 3.º período pelo professor titular em articulação com os restantes professores da turma, quando existam, no 1.º ciclo, e pelo conselho de turma nos 2.º e 3.º ciclos.

A classificação interna final de cada uma das disciplinas nos 4.º e 6.º anos de escolaridade é atribuída no final do 3.º período e antes de serem divulgados os resultados da avaliação externa das disciplinas de Português e de Matemática.

A avaliação sumativa interna do final do 3.º período tem as seguintes finalidades:

- a) Formalização da classificação correspondente à aprendizagem realizada pelo aluno ao longo do ano letivo;
- b) Decisão sobre a transição de ano;
- c) Verificação das condições de admissão à 2.ª fase das provas finais dos 1.º e 2.º ciclos e definição do plano de apoio pedagógico a cumprir no período de acompanhamento extraordinário;
- d) Verificação das condições de admissão à 1.ª fase das provas finais do 3.º ciclo.

A informação resultante da avaliação sumativa interna nos 2.º e 3.º ciclos expressa -se numa escala de 1 a 5, em todas as disciplinas, podendo ser acompanhada, sempre que se considere relevante, de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno.

A informação resultante da avaliação sumativa dos alunos do ensino básico abrangidos pelo artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, nas disciplinas e áreas disciplinares específicas, expressa-se numa menção qualitativa de *Muito Bom, Bom, Suficiente e Insuficiente*, acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno.

6.6. Avaliação sumativa externa

O processo de avaliação interna é completado com a realização de provas nacionais que visam a obtenção de resultados cuja validade tem por referência padrões de âmbito nacional, fornecendo indicadores da consecução das metas curriculares e dos conhecimentos dos conteúdos programáticos definidos para cada disciplina sujeita a prova final de ciclo.

A avaliação sumativa externa é da responsabilidade dos serviços do Ministério da Educação e Ciência ou de entidades designadas para o efeito e compreende a realização de provas finais de ciclo nos 4.º, 6.º e 9.º anos de escolaridade, as quais incidem, respetivamente, sobre os conteúdos dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos, nas disciplinas de:

- a) Português e Matemática;
- b) PLNM (Português Língua não Materna) e Matemática, para os alunos que tenham concluído o nível de proficiência linguística de iniciação ou o nível intermédio, nos 2.º e 3.º ciclos.

Devem ser considerados os conteúdos definidos nos programas, concretizados nas metas elaboradas para os diferentes ciclos do ensino básico.

6.7. Critérios Gerais de Avaliação

Até ao início do ano letivo, o conselho pedagógico do Agrupamento, de acordo com as orientações do currículo e outras orientações gerais do Ministério da Educação e Ciência, define os critérios de avaliação para cada ciclo e ano de escolaridade, sob proposta dos departamentos curriculares.

Estes critérios de avaliação constituem referenciais comuns no Agrupamento, sendo operacionalizados pelo ou pelos professores da turma, no 1.º ciclo, e pelo conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, no âmbito do respetivo Plano de Atividades da respetiva Turma.

Sem prejuízo da obrigatoriedade de anualmente se proceder à definição e/ou ajustamento dos critérios de avaliação, fornecem-se, a seguir, quadros de orientação para o estabelecimento dos mesmos, segundo os diversos campos de análise das aprendizagens: apropriação de conhecimentos e desenvolvimentos de capacidades; atitudes e valores; componente curricular complementar; e saberes transdisciplinares.

Apropriação de conhecimentos e desenvolvimentos de capacidades

INDICADORES	PARÂMETROS	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO/ RECOLHA DE INFORMAÇÃO
Conhecimento	<p>Capacidade para evocar a informação adquirida sobre o assunto, do simples ao complexo, do específico ao geral, que envolve:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Domínio de pré-requisitos essenciais para o prosseguimento e aprofundamento dos conhecimentos inerentes à área do saber; ▪ Capacidade de aquisição e aplicação de novos conhecimentos; ▪ Domínio de vocabulário fundamental; ▪ Capacidade de organização do conhecimento: sistematizar conhecimentos /conteúdos sob a forma de termos, ideias, imagens, noções, relações. ▪ ... 	<p>Testes escritos</p> <p>Testes orais</p>
Compreensão	<p>Capacidade de perceber a realidade que nos rodeia e que varia em função da área específica de cada disciplina.</p>	<p>Fichas de trabalho</p>
Capacidade de questionar/ problematizar/ produzir	<p>Com base nos conhecimentos adquiridos e/ou desenvolvidos, o aluno mostra-se capaz de interpretar o real, quer sob a forma de produtos, quer sob a forma de interrogações e/ou soluções, envolvendo/desenvolvendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacidade de raciocínio lógico/abstrato; ▪ Capacidade de análise, síntese e avaliação; ▪ Capacidade de questionar situações concretas; ▪ Capacidade para exprimir ideias próprias (simples e precisas) sobre problemas, argumentando; ▪ Capacidade para ampliar os conhecimentos através da consulta de várias fontes de informação; ▪ Capacidade para autoavaliar os seus conhecimentos e capacidades. ▪ ... 	<p>Trabalhos de casa</p> <p>Trabalhos de grupo</p> <p>Trabalhos de pesquisa</p> <p>Trabalhos práticos</p> <p>Trabalhos experimentais</p> <p>Relatórios</p> <p>Registos organizados pelo professor a partir da observação direta</p>
Domínio de técnicas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conhecimento da aplicação prática de um conjunto de técnicas / processos / procedimentos específicos relativos à respetiva disciplina; ▪ Recurso – consoante a área específica do conhecimento – à pesquisa, à recolha e tratamento de dados, ao trabalho prático e experimental, a esta ou àquela técnica de estudo; ▪ Domínio e utilização correta de ferramentas e técnicas específicas. ▪ ... 	<p>(...)</p>

Atitudes e Valores

INDICADORES	PARÂMETROS	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO/ RECOLHA DE INFORMAÇÃO
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assiduidade; ▪ Pontualidade; ▪ Cumprimento de tarefas em casa e na sala de aula; ▪ Realização de tarefas que lhe foram atribuídas e pelas quais é responsável; ▪ Cumprimento de prazos; ▪ Transporte do material indispensável para as atividades letivas: manual, caderneta escolar, cadernos diários, material de escrita, etc.; ▪ Demonstração da capacidade de organização; ▪ Envolvimento e curiosidade na resolução de situações ou problemas; ▪ Participação na avaliação das atitudes que revela na escola; ▪ Atenção/concentração nas aulas e em todas as atividades de aprendizagem; ▪ Interesse pelas atividades de aprendizagem; ▪ Revelação de perseverança e persistência, designadamente na superação de dificuldades. 	<p style="text-align: center;">Grelha de observação e registo de comportamentos e atitudes</p> <p style="text-align: center;">Fichas de autoavaliação</p>
Respeito / cumprimento de regras	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Respeito pelos outros ▪ Cumprimento de regras democraticamente estabelecidas para que existam condições de trabalho na sala de aula e na escola; ▪ Respeito pelas opiniões e atitudes dos colegas; ▪ Promoção de condições para facilitar a realização das tarefas da aula; ▪ Solidariedade com os outros. 	
Autonomia, cooperação e iniciativa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Empenho na construção das aprendizagens; ▪ Revelação de hábitos de trabalho e autonomia; ▪ Intervenção adequada e espontânea; ▪ Envolvimento na organização das tarefas escolares; ▪ Participação nos trabalhos que lhe são propostos na aula (em grupo ou individualmente); ▪ Cooperação com os colegas e professores no desenvolvimento das atividades; ▪ Emissão de opiniões sobre o assunto em estudo; ▪ Fundamentação das suas opiniões; ▪ Revelação de espírito de iniciativa e curiosidade pelo saber. 	

Componente Curricular Complementar

DISCIPLINA	PARÂMETROS	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO/ RECOLHA DE INFORMAÇÃO
Escola e Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> - Organização - Compromisso com os pares, adultos e consigo próprio - Intervenção/ argumentação, de forma construtiva e crítica, na resolução de problemas - Participação nas atividades (no âmbito da turma e da escola) - Responsabilidade - Respeito/Cumprimento de regras - Autonomia/Cooperação/ Iniciativa 	<ul style="list-style-type: none"> - Grelhas de observação e registo de comportamentos e atitudes - Avaliação/ registo da participação nas aulas -Trabalhos individuais e de grupo - Fichas de autoavaliação (...)

Saberes transdisciplinares

DOMÍNIOS TRANSDISCIPLINARES

Compreensão e expressão em Língua Portuguesa	<p>Os professores de todas as disciplinas devem desenvolver capacidades de compreensão e expressão de modo que o aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconheça as ideias essenciais num discurso oral e escrito; • Interprete mensagens em diferentes códigos e saiba utilizá-los (textos, gráficos, tabelas, esquemas, barras cronológicas, gravuras, mapas, etc.); • Leia com correção; • Se expresse com clareza e com correção linguística (gramatical e ortográfica), quer oralmente, quer por escrito; • Ajuste a forma de comunicação a contextos diversos e com objetivos diversificados; • Utilize corretamente as regras de expressão da Língua Portuguesa; • Se expresse oralmente de forma confiante e autónoma; • Revele criatividade na expressão oral e escrita.
Utilização das tecnologias de informação e comunicação	<p>Os professores de todas as disciplinas devem desenvolver nos alunos capacidades utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação de modo a que o aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rentabilize as Tecnologias da Informação e Comunicação nas tarefas de construção do conhecimento em diversos contextos do mundo atual; • Mobilize conhecimentos relativos à estrutura e funcionamento básico dos computadores, de modo a poder tomar decisões fundamentadas na aquisição e/ou remodelação de material informático; • Utilize as funções básicas do sistema operativo de ambiente gráfico, fazendo uso das aplicações informáticas usuais; • Evidencie proficiência na utilização e configuração de sistemas operativos de ambiente gráfico; • Configure e personalize o ambiente de trabalho; • Utilize as potencialidades de pesquisa, comunicação e investigação cooperativa da internet, do correio eletrónico e das ferramentas de comunicação em tempo real; • Utilize os procedimentos de pesquisa racional e metódica de informação na <i>Internet</i>, com vista a uma seleção criteriosa da informação, e respeitando os direitos de autor; • Utilize um processador de texto e uma aplicação de criação de apresentações; • Coopere em grupo na realização de tarefas; • Aplique as suas competências em Tecnologias da Informação e Comunicação em contextos diversificados.
Educação para a cidadania	<p>Os professores de todas as disciplinas devem desenvolver mecanismos de modo a que o aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conheça e pratique os códigos e valores cívicos e de cidadania necessários para viver em conjunto; • Identifique problemas sociais e revele interesse em intervir na resolução desses problemas; • Argumente de forma construtiva e crítica; • Articule os saberes escolares em torno de problemas pertinentes, atribuindo-lhes um sentido ligado às suas próprias vivências e alargando-as significativamente (ecologia, respeito pelas minorias, desenvolvimento de comportamentos cívicos e de cidadania, etc.).

O domínio destas áreas de formação transdisciplinar, com especial incidência no domínio da Língua Portuguesa, deverá refletir-se na avaliação sumativa de cada disciplina.

Percentagens atribuídos a cada domínio

Ano	Apropriação de conhecimentos e desenvolvimento de capacidades* (Saber e saber fazer)	Atitudes e valores (Saber ser)	Indicadores	Percentagem
1.º ciclo	70	30	Responsabilidade	10
			Respeito/cumprimento de regras	10
			Autonomia/cooperação/iniciativa	10
5.º ano	75	25	Responsabilidade	10
			Respeito/cumprimento de regras	10
			Autonomia/cooperação/iniciativa	5
6.º, 7.º e 8.º 9.º anos	80	20	Responsabilidade	6
			Respeito/cumprimento de regras	7
			Autonomia/cooperação/iniciativa	7

34

* Neste domínio, a percentagem a atribuir a cada um dos indicadores é definida em cada departamento /subdepartamento.

Em síntese:

DISCIPLINAS			
DOMÍNIOS	INDICADORES	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO/ RECOLHA DE INFORMAÇÃO	FORMAS DE EXPRESSÃO
Saber e Saber Fazer Apropriação de conhecimentos e desenvolvimento de capacidades	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento - Compreensão - Capacidade de questionar/problematizar/produzir - Domínio de Técnicas 	<ul style="list-style-type: none"> - Testes escritos - Testes orais - Testes teórico-práticos - Testes práticos - Fichas de trabalho - Trabalhos de grupo - Trabalhos de pesquisa - Relatórios - Trabalhos práticos - Trabalhos experimentais (...) 	Descritiva para os alunos do 1.º, 2.º e 3.º anos * Qualitativa (Insuficiente, Suficiente, Bom e Muito Bom – 4.º ano, exceto nas disciplinas de Português e Matemática, que é quantitativa de 1 a 5) * Quantitativa (escala de 1 a 5 – 2.º e 3.º ciclos)
Ser Atitudes e valores	<ul style="list-style-type: none"> - Responsabilidade - Respeito/Cumprimento de regras - Autonomia/Cooperação/Iniciativa 	<ul style="list-style-type: none"> - Grelhas de observação e registo de comportamentos e atitudes - Fichas de autoavaliação (...) 	* Quantitativa (escala de 1 a 5 – 2.º e 3.º ciclos)
COMPONENTE CURRICULAR COMPLEMENTAR			
Educação e Cidadania Escola e Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> - Organização - Compromisso com os pares, adultos e consigo próprio - Intervenção/ argumentação, de forma construtiva e crítica, na resolução de problemas - Participação nas atividades (no âmbito da turma e da escola) - Responsabilidade - Respeito/Cumprimento de regras - Autonomia/Cooperação/ Iniciativa 	<ul style="list-style-type: none"> - Grelhas de observação e registo de comportamentos e atitudes - Avaliação/ registo da participação nas aulas - trabalhos individuais e de grupo - Fichas de autoavaliação (...) 	Qualitativa (insuficiente, Suficiente, Bom e Muito Bom – 1.º ano) Quantitativa (escala de 1 a 5 – 2.º e 3.º ciclos)

6.7. Especificidades da avaliação na educação pré-escolar

Na educação pré-escolar a avaliação, enquanto processo contínuo de registos dos progressos realizados pela criança, ao longo do tempo, utiliza procedimentos de natureza descritiva e narrativa, centrados sobre o modo como a criança aprende, como processa a informação, como constrói conhecimento ou resolve problemas. Os procedimentos de avaliação devem ter em consideração a idade e as características desenvolvimentais das

crianças, assim como a articulação entre as diferentes áreas de conteúdo, no pressuposto de que a criança é sujeito da sua própria aprendizagem (in *circular n.º 4/DGIDC/DSDC/2011*).

A avaliação na educação pré-escolar surge como suporte da planificação e integra-a. A informação resultante da avaliação expressa-se de forma descritiva em todas as áreas curriculares, tendo em atenção:

- As áreas de conteúdo (OCEPE);
- Os domínios previstos nas Metas de Aprendizagem;
- E ainda os critérios gerais que constituem referências comuns no interior do Agrupamento, sendo operacionalizados pelo professor/educador titular de turma...

Os instrumentos de avaliação a utilizar na Educação Pré-escolar são os seguintes:

- Observação;
- Registo de observação para as atitudes;
- Participação nas atividades letivas;
- Cumprimento de tarefas;
- Registos de autoavaliação;
- Trabalhos individuais e de grupo;
- Registo de avaliação, que será descritiva mediante os parâmetros das Áreas de Conteúdo das Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar.

6.8. Avaliação dos alunos impossibilitados de realizar a prática na disciplina de Educação Física

6.8.1. Dispensas da Prática da Aula de Educação Física por Impossibilidade Física

Na impossibilidade de realizar uma a duas aulas na mesma semana, o aluno tem de apresentar uma comunicação, na caderneta, a solicitar a dispensa da prática por impossibilidade física. Esta comunicação deverá estar devidamente datada e assinada pelo encarregado de educação. A solicitação da dispensa só é válida para a semana em causa. Caso a situação se prolongue, o aluno deverá apresentar atestado médico de acordo com o disposto no artigo 15.º do Estatuto do Aluno e Ética Escolar do aluno do ensino básico e secundário.

O atestado médico deverá respeitar as indicações expressas no Ofício Circular DES/NES n.º 98/99, de 25 de maio, e ser entregue ao diretor de turma, que dele dará conhecimento ao professor de Educação Física.

Não sendo o atestado médico explícito, o professor de Educação Física poderá solicitar um relatório médico que especifique muito claramente as atividades físicas que estão interditas ao aluno, as atividades físicas que são permitidas de um modo condicionado, as atividades físicas que, por serem benéficas para o aluno, podem ser praticadas sem contra indicação.

Os atestados médicos deverão indicar claramente o período de tempo que o aluno poderá estar sem realizar as aulas práticas de Educação Física.

Os alunos portadores de atestado médico devem apresentar-se nas aulas com o equipamento adequado à prática desportiva, exceto nas duas situações que se seguem: 1.^a estarem fisicamente incapacitados para se equiparem; 2.^ª encontrarem-se em período de convalescença.

As faltas de equipamento adequado são consideradas faltas de material e regem-se pelas normas estabelecidas para os restantes alunos.

O aluno poderá ser encaminhado para a biblioteca para realizar trabalhos teóricos, sempre que o professor considere pertinente e sem haver prejuízo das aprendizagens para o aluno.

6.8.2. Avaliação dos alunos com dispensa da atividade física

O Professor da disciplina, perante esta situação, dará conhecimento ao Diretor de Turma, que tomará as diligências necessárias para informar os Encarregados de Educação dos critérios de avaliação definidos pelo grupo disciplinar.

Alunos cujo atestado médico, declaração e/ou relatório estão de acordo com as normas do Ofício Circular DES/NES n.º 98/99, de 25 de maio:

a) Se a inatividade do aluno ultrapassa metade das aulas previstas para o período,

O peso a atribuir a cada um dos indicadores previstos na avaliação do aluno, durante o período em questão, será o indicado no quadro seguinte:

	Conhecimento	Compreensão	Atitudes e valores
5.º Ano	37,5%	37,5%	25%
6.º/7.º/8.º/ 9.º Anos	40%	40%	20%

b) Se a inatividade do aluno ultrapassa metade das aulas de uma ou mais unidades,

O aluno deverá realizar um trabalho ou teste escrito referente à(s) modalidade(s) em questão.

Neste caso, a avaliação teórica substituirá a avaliação prática da unidade que o aluno não realizou. O aluno que, por apresentar atestado médico de média ou de longa duração, estiver impossibilitado de demonstrar em termos práticos as capacidades adquiridas, deverá cumprir o mesmo percurso curricular dos restantes colegas, excluindo-se da avaliação a prestação de provas práticas, tendo, no entanto, que elaborar trabalhos teóricos nas modalidades em que os seus colegas são avaliados. Estes trabalhos deverão ser entregues na aula na data indicada. O professor pode optar por solicitar aos alunos que realizem fichas teóricas durante as aulas práticas, salvaguardando as disponibilidades da escola em termos de espaços e recursos humanos.

Caso o professor opte pelo trabalho teórico realizado em casa, o mesmo deve enquadrar-se nos critérios definidos pelo Agrupamento para a realização dos trabalhos de pesquisa. Os temas a desenvolver diferem de acordo com as modalidades a abordar.

6.9. Critérios de avaliação dos Cursos Básicos de Música

Os critérios de avaliação das disciplinas da componente vocacional do Curso Básico de Música dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico são da responsabilidade das respetivas academias de música, entidades com quem o Agrupamento estabeleceu parcerias no âmbito do ensino articulado da música.

Vêm, a seguir, os quadros esquemáticos dos critérios de avaliação assumidos pelas duas academias com as quais o Agrupamento estabeleceu protocolos de parceria: a Academia de Música de Santa Maria da Feira; a Academia de Música de Paços de Brandão e o Conservatório do Porto.

6.9.1. Academia de Música de Santa Maria da Feira

FORMAÇÃO MUSICAL					
Instrumentos de avaliação	Domínio da avaliação	Critérios Específicos	Básico		
Avaliação Contínua	Conceptual (Cognitivo)	Conhecimentos / Aprendizagem	15%	15%	40%
	Processual (Motor)	Capacidade de Leitura / Domínio da Escrita	10%	25%	
		Sentido rítmico	5%		
		Sentido melódico e afinação	5%		
		Manifestação de hábitos de trabalho /TPC/ Organização do material	5%		
Avaliação Periódica		Avaliações internas / Testes escritos e Orais / Prova Global	40%	40%	40%
Atitudes e valores		Participação / Interesse	5%	20%	
		Cumprimento de regras / Comportamento	10%		
		Assiduidade/Pontualidade	5%		

CLASSES DE CONJUNTO				
Instrumentos de Avaliação	Domínio da Avaliação	Critérios	Básico	
Avaliação contínua	Concetual (Cognitivo)	• Correção de leitura	10%	40%
		• Interpretação/criatividade	10%	
	Processual (Motor)	• Domínio técnico dos conteúdos	10%	
		• Demonstração de competências / transferência a novas situações	10%	
Avaliação periódica		• Avaliações internas / Apresentações públicas	40%	
Atitudes e Valores		• Assiduidade e pontualidade	10%	
		• Conduta, interesse e empenho	10%	

A avaliação da disciplina de Oferta Complementar segue o regime de avaliação contínua, tendo por base a elaboração de um projeto. Este será avaliado tendo em consideração os seguintes aspetos:

- Avaliação do projeto – 10%
- Elaboração do projeto de obra musical – 20%
- Concerto de apresentação de projeto pessoal – 50%
- Empenho, responsabilidade e autonomia – 20%

6.9.2. Academia de Música de Paços de Brandão

FORMAÇÃO MUSICAL					
Domínios	CrITÉrios gerais	CrITÉrios específicos	Instrumentos de avaliação	Peso específico	Avaliação final
Operatório e cognitivo	Aquisição de competências Aplicação de conhecimentos Domínio de conteúdos programáticos Evolução na aprendizagem	Capacidade de reconhecer e aplicar conteúdos rítmicos Capacidade de reconhecer e aplicar conteúdos melódicos e harmónicos Domínio e aplicação de conteúdos teóricos	1 – Testes intercalares 2 – Teste final ou provas globais (no 3.º período, para o 2.º e 5.º graus) 3 – Desempenho em aula 4 – Ponderação dos resultados obtidos nos domínios operatório e cognitivo em períodos anteriores ou média de todos os testes realizados nos períodos anteriores	1 – 20% 2 – 40% 3 – 10%(*) 4 – 10%(*) (*) No 1º período a ponderação do ponto 3 é de 20% e do ponto 4 é de 0%	80%
Atitudes e valores	Desenvolvimento do sentido de responsabilidade e autonomia Desenvolvimento de hábitos de trabalho Desenvolvimento do exercício da cidadania	1. Assiduidade 2. Responsabilidade/ material da aula 3. Cumprimento de tarefas 4. Comportamento /atitudes	Grelhas de registo de observação	20%	20%

CLASSES DE CONJUNTO					
Domínios	Critérios Gerais	Critérios Específicos	Instrumentos de Avaliação	Peso Específico	Avaliação final
Operatório e cognitivo	<p>Aquisição de competências</p> <p>Aplicação de conhecimentos</p> <p>Domínio de conteúdos programáticos</p> <p>Evolução na aprendizagem</p>	<p>Capacidade de reconhecer e aplicar conteúdos rítmicos</p> <p>Capacidade de reconhecer e aplicar conteúdos melódicos e harmónicos</p> <p>Domínio e aplicação de conteúdos teóricos</p>	<p>1 – Testes intercalares</p> <p>2 – Teste final ou provas globais (no 3.º período, para o 2.º e 5.º graus)</p> <p>3 - Desempenho em aula</p> <p>4 – Ponderação dos resultados obtidos nos domínios operatório e cognitivo em períodos anteriores ou média de todos os testes realizados nos períodos anteriores</p>	<p>1 – 20%</p> <p>2 – 40%</p> <p>3 – 10% (*)</p> <p>4 – 10% (*)</p> <p>(*) No 1.º período a ponderação do ponto 3 é de 20% e do ponto 4 e de 0%</p>	80%
Atitudes e valores	<p>Desenvolvimento do sentido de responsabilidade e autonomia</p> <p>Desenvolvimento de hábitos de trabalho</p> <p>Desenvolvimento do exercício da cidadania</p>	<p>1. Assiduidade</p> <p>2. Responsabilidade / material da aula</p> <p>3. Cumprimento de tarefas</p> <p>4. Comportamento/atitudes</p>	Grelhas de registo de observação	20%	20%

CLASSE DE CORDAS FRICCIONADAS					
Domínios	Critérios gerais	Critérios específicos	Instrumentos de avaliação		Peso Específico
			1.º período	2.º e 3.º períodos	
Operatório e cognitivo	Aquisição de competências	Concentração, métodos e hábitos de estudo (80%)	Trabalhos de casa 20%	Trabalhos de casa 20%	90%
	Aplicação de conhecimentos	Capacidade de diagnosticar problemas e resolvê-los (20%)			
		Domínio de conteúdos programáticos	Domínio técnico/ pulsação/ afinação (50%)	Observação direta e audições 70%	
	Evolução na aprendizagem		Interpretação (fraseado, estilo, dinâmica) (40%)	Provas internas -	
		Capacidade de leitura (5%)			
	Capacidade de memorização (5%)				
Atitudes e valores	Desenvolvimento do sentido de responsabilidade e autonomia	Assiduidade e pontualidade (1%)	10%	10%	10%
	Desenvolvimento de hábitos de trabalho	Interesse e empenho (3%)			
		Cumprimento de tarefas (3%)			
		Participação nas atividades (2%)			
	Desenvolvimento do exercício da cidadania	Comportamento (1%)			

6.10. Critérios de avaliação do Curso Vocacional de Artes e Multimédia

No Curso Vocacional de Artes e Multimédia a avaliação é feita de 0 a 20 valores, atendendo aos critérios específicos de cada disciplina, conforme tabela adiante apresentada.

Componente	Disciplina	Apropriação de conhecimentos e desenvolvimento de capacidades e competências				Atitudes / valores		
		Conhecimento	Compreensão	Capacidade de questionar / problematizar / produzir	Domínio de técnicas	Responsabilidade	Respeito / Cumprimento de regras	Autonomia, Cooperação e Iniciativa
Geral	Português	20%	20%	20%	10%	10%	10%	10%
	Matemática	20%	20%	20%	10%	10%	10%	10%
	Inglês	20%	20%	20%	10%	10%	10%	10%
	Educação Física	10%	10%	10%	40%	10%	10%	10%
Complementar	História	35%	10%	10%	15%	10%	10%	10%
	Geografia	35%	10%	10%	15%	10%	10%	10%
	Ciências Naturais	35%	10%	10%	15%	10%	10%	10%
	Físico - Química	35%	10%	10%	15%	10%	10%	10%
Vocacional	Multimédia	15%	15%	20%	20%	10%	10%	10%
	Desenho Digital	15%	15%	20%	20%	10%	10%	10%
	Cerâmica Artística	15%	15%	20%	20%	10%	10%	10%

6.11. Procedimentos a adotar por todos os professores

6.11.1. Instrumentos de avaliação/ recolha de informação

O cabeçalho dos instrumentos de avaliação /recolha de informação deverá ser uniformizado e disponibilizado pelos coordenadores, no início do ano letivo a todos os docentes em suporte informático (vd anexo A.6).

Os alunos que não realizem qualquer elemento de avaliação deverão apresentar justificação oficial, para que o professor e Diretor de Turma considerem a aplicação de novo instrumento de avaliação. Se essa justificação não for apresentada ou aceite, o aluno será avaliado com 0% nesse mesmo elemento de avaliação.

Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico é obrigatória a aplicação de um número mínimo de dois instrumentos de avaliação (testes escritos, trabalhos de pesquisa, relatórios, trabalhos práticos, etc.) em cada período. Pode, no entanto, o Departamento Curricular / Subdepartamento propor a aplicação apenas de um instrumento de avaliação em todas as situações não previstas devidamente fundamentadas.

6.11.2. Testes escritos

A calendarização de testes escritos deve reger-se pelas seguintes orientações: resultar do diálogo entre professores e alunos da turma, evitando-se a marcação de dois testes escritos no mesmo dia; evitar-se a marcação de mais do que três testes semanais, de preferência em dias alternados; evitar-se a marcação de testes escritos na última semana de cada período.

Os testes escritos devem ser elaborados em conformidade com os conteúdos lecionados e com a duração dos tempos letivos determinados para a sua realização.

A entrega dos testes e outros instrumentos de avaliação escritos, corrigidos, classificados deverá ser feita com a maior brevidade possível. A correção e entrega de qualquer teste escrito será sempre efetuada antes da aplicação de novo teste escrito.

Na última aula de cada período o aluno terá de estar na posse de todos instrumentos de avaliação aplicados corrigidos, classificados.

6.11.3. Trabalhos escritos

Os trabalhos escritos constituem instrumentos de avaliação/ recolha de informação e poderão ser de vários tipos nomeadamente, trabalhos de pesquisa, relatórios de visitas de estudo e relatórios de atividade experimental, entre outros. Estes tipos de trabalhos poderão ser realizados individualmente ou em grupo, na aula ou em casa, de acordo com a opção do professor.

Os trabalhos permitem aprofundar conhecimentos e desenvolver capacidades em diferentes domínios. No entanto, os professores devem usar de moderação na aplicação destes instrumentos e dar orientações explícitas sobre o que fazer e como fazer. Sem excluir a criatividade do aluno, compete ao professor: fixar a extensão desejável; indicar os recursos disponíveis na escola; sugerir outras fontes de informação, pessoas ou instituições; dar indicações como pesquisar e selecionar criticamente as informações; dar indicações sobre como organizar e apresentar o produto, respeitando os direitos de autor; definir previamente e dar a conhecer os critérios de avaliação.

Um trabalho escrito deve, obrigatoriamente, integrar uma apresentação oral participada por todos os alunos.

Em seguida, apresenta-se uma sugestão dos itens a contemplar na classificação dos trabalhos escritos.

	Trabalho escrito	
	Documento escrito	Apresentação oral
Itens a contemplar na classificação dos trabalhos	<ul style="list-style-type: none"> - Adequação aos objetivos - Diversidade e qualidade das fontes de informação - Equilíbrio na organização dos conteúdos (introdução, desenvolvimento e conclusão) - Respeito pelas regras da escrita - Respeito pelos direitos de autor - Fidelidade na citação das fontes (dos textos e das imagens) - Rigor da bibliografia/sites consultados - Qualidade da apresentação gráfica - ... 	<ul style="list-style-type: none"> - Domínio dos conteúdos - Organização das ideias - Clareza e correção da linguagem - Expressividade - Contacto visual com os ouvintes - Adequação dos recursos audiovisuais - Gestão do tempo - ...

No departamento de Ciências Experimentais, os relatórios de atividade experimental são elaborados segundo o modelo em vigor.

Na última aula de cada período o aluno terá de estar na posse de todos instrumentos de avaliação aplicados corrigidos e classificados.

6.11.4. Informação sobre a avaliação

Os professores dos 2.º e 3.º ciclos devem prestar ao Diretor de Turma informações sobre a avaliação dos alunos que integram a turma, no prazo definido e/ou sempre que este a solicitar.

Os resultados da avaliação realizada deverão ser comunicados aos Encarregados de Educação através do contacto do Diretor de Turma/Professor Titular de Turma com os mesmos, em hora de atendimento. Este contacto deverá ficar registado em documento próprio, dele constando a sua assinatura e o resumo dos assuntos tratados. Na última semana de cada período letivo não serão prestadas ao encarregado de educação informações relativas ao domínio da apropriação de conhecimentos e desenvolvimento de capacidades dos seus educandos.

Deverão realizar-se reuniões com os Encarregados de Educação no início do ano letivo, no final de cada período e sempre que julgadas pertinentes e necessárias para resolução de problemas da turma.

No final de cada período, todos os docentes procederão ao preenchimento da grelha *Proposta de Avaliação* (vd Anexo A.7), nos domínios da apropriação de conhecimentos e desenvolvimento de capacidades e das atitudes e valores, em função dos indicadores definidos, com a respetiva proposta de avaliação. Este documento será, obrigatoriamente, entregue nos Conselhos de Turma de Avaliação datado e assinado. Este documento será utilizado pelo diretor de turma para prestar esclarecimentos aos Encarregados de Educação.

Após a realização dos Conselhos de Turma/ Conselho de Docentes para avaliação sumativa, um exemplar do Registo de Avaliação (vd anexo A.8) será entregue ao encarregado de educação em reunião convocada para o efeito e o outro exemplar será arquivado no processo individual do aluno.

6.12. Critérios de Progressão / Aprovação dos alunos

Considerando as disposições legais em vigor, nomeadamente o Despacho Normativo n.º 13/2014, de 15 de setembro, as decisões de transição e progressão do aluno para o ano de escolaridade seguinte e para o ciclo subsequente revestem carácter pedagógico e são tomadas nos termos que, a seguir, se discriminam.

A avaliação sumativa dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou a retenção do aluno, expressa através das menções, respetivamente, de *Transitou* ou de *Não Transitou*, no final de cada ano de escolaridade, e de *Aprovado* ou de *Não Aprovado*, no final de cada ciclo.

No final de cada um dos ciclos do ensino básico, o aluno não progride e obtém a menção de *Não Aprovado*, se estiver numa das seguintes condições:

a) Tiver obtido simultaneamente classificação inferior a 3 nas disciplinas de Português ou PLN e de Matemática;

b) Tiver obtido classificação inferior a 3 em três ou mais disciplinas, no caso dos 2.º e 3.º ciclos, e tiver obtido classificação inferior a 3 ou em Português ou PLN ou em Matemática e simultaneamente menção *Insuficiente* nas outras disciplinas, no caso do 1.º ciclo.

Os alunos autopropostos do ensino básico não progridem e obtêm a menção de *Não Aprovado* se estiverem numa das condições definidas nas alíneas acima indicadas.

A disciplina de Educação Moral e Religiosa, nos três ciclos do ensino básico, as Atividades de Enriquecimento Curricular e o Apoio ao Estudo, no 1.º ciclo e as disciplinas de oferta complementar, nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos, não são consideradas para efeitos de progressão de ano e conclusão de ciclo.

Nas situações em que persistam dúvidas, a avaliação global do desempenho dos alunos deve ter em consideração os seguintes fatores de ponderação:

- i. Grau de distanciamento dos níveis de desempenho relativamente às metas definidas para o ano de escolaridade;
- ii. Compreensão e expressão em língua portuguesa:
 - a. no domínio da oralidade;
 - b. no domínio da escrita;
 - c. no domínio da leitura;
 - d. na mobilização de conhecimentos.
- iii. Autonomia e persistência na realização das tarefas;
- iv. Ritmo de aprendizagem;
- v. Assiduidade;
- vi. Educação para a cidadania – sentido de responsabilidade, respeito no relacionamento com os outros e cumprimento de regras.
- vii. Atitude manifestada pelo aluno relativamente às medidas de apoio educativo implementadas.
- viii. Se o professor ou o Conselho de Turma entenderem que as medidas de apoio educativo definidas e a implementar no futuro Plano de Atividades da Turma, poderão levar à aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de capacidades com efeitos na aprendizagem, tendo em conta a unidade de ciclo.

Verificando-se retenção, compete ao professor titular de turma, no 1.º ciclo, e ao conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, identificar os conhecimentos não adquiridos e as capacidades não desenvolvidas pelo aluno, as quais devem ser tomadas em consideração na elaboração do Plano de Atividades da Turma em que o referido aluno venha a ser integrado no ano escolar subsequente.

6.13. Alunos com Necessidades Educativas Especiais

Os alunos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º3/2008, de 7 de janeiro, serão avaliados de acordo com critérios de avaliação específicos, os quais terão de estar devidamente explicitados no respetivo Programa Educativo Individual (PEI). As adequações no processo de avaliação podem consistir na alteração do tipo de provas, dos instrumentos de avaliação e certificação, bem como das condições de avaliação, no que respeita, entre outros aspetos, às formas e meios de comunicação e à periodicidade, duração e local da mesma. Os alunos com a medida Currículo Específico Individual (CEI) não estão sujeitos ao regime de transição de ano escolar, nem ao processo de avaliação característico do regime educativo comum, ficando sujeitos aos critérios específicos de avaliação definidos no respetivo Programa Educativo Individual.

A avaliação da implementação das medidas educativas será realizada, pelo menos, em cada um dos momentos da avaliação sumativa interna. (vd Anexo A.9)

7. Formas de Organização Gerais

7.1. Calendário escolar

O Calendário escolar é fixado anualmente pelo Ministério da Educação e Ciência, cabendo ao Conselho Pedagógico, nos prazos permitidos, decidir sobre a data do início do ano letivo e do seu final.

7.2. Horário de funcionamento das Escolas

O regime, organização e funcionamento das escolas e jardins de infância do Agrupamento encontra-se definido no Regulamento Interno do Agrupamento.

O horário de funcionamento dos jardins de infância é o seguinte:

Horário dos JI	Horário do J.I. Mieiro*
MANHÃ	MANHÃ
9.00 – 12.00	9.00 – 12h.30
TARDE	TARDE
13.30 – 15.30	14.00 – 15.30

*Horário de acordo com o 1.º CEB. As crianças de Mieiro são transportadas de autocarro até ao local onde almoçam.

O horário de funcionamento das escolas do 1.º ciclo é o seguinte:

TEMPOS	HORAS
MANHÃ	
1	9.00 – 10.30
INTERVALO DE 30 MINUTOS	
2	11.00 – 12.30
INTERVALO PARA ALMOÇO	
TARDE	
3	14.00 – 16.00
INTERVALO DE 30 MINUTOS	
4	16.30 – 17.30 (AEC)

49

O horário de funcionamento da Escola Básica Fernando Pessoa é o seguinte:

TEMPOS	HORAS
MANHÃ	
1	8.30 – 9.15
2	9.15 – 10.00
INTERVALO DE 15 MINUTOS	
3	10.15 – 11.00
4	11.00 – 11.45
INTERVALO DE 10 MINUTOS	
5	11.55 – 12.40
6	12.40 – 13.25
TARDE	
7	13.40 – 14.25
8	14.25 – 15.10
INTERVALO DE 10 MINUTOS	
9	15.20 – 16.05
10	16.05 – 16.50
INTERVALO DE 05 MINUTOS	
11	17.00 – 17.45

7.3. Estruturas de coordenação e supervisão

São estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica as seguintes: Departamentos Curriculares/Subdepartamentos Curriculares cabendo-lhes a articulação e gestão curricular; o Professor Titular/Conselho de Turma responsável pela organização, acompanhamento e avaliação das atividades da turma; Coordenações de ano/Coordenações de ciclo responsáveis pela coordenação pedagógica de cada ano/ciclo.

Estão definidas ainda outras estruturas de coordenação, nomeadamente, o Gabinete de Intervenção Pedagógica, a Equipa de autoavaliação, o Núcleo dos Projetos em Desenvolvimento.

As funções das respetivas estruturas estão definidas na legislação em vigor e no Regulamento Interno do Agrupamento.

7.4. Bibliotecas Escolares

As bibliotecas escolares deverão constituir-se como parceiro da estratégia de melhoria da educação e de combate ao insucesso e abandono escolares. Para responder aos desafios atuais, decorrentes da revolução digital e da alteração da forma como se lida com a informação e se adquire e produz conhecimento, as bibliotecas deverão procurar ser capazes de apoiar os alunos na obtenção de bons resultados escolares e no domínio das literacias indispensáveis para o futuro. As atividades das bibliotecas estabelecerão relações com o projeto educativo, o projeto curricular e com o plano anual de atividades do Agrupamento, em ligação direta com as metas e objetivos curriculares das escolas do Agrupamento e com as aprendizagens dos alunos.

As bibliotecas são estruturas dotadas de recursos, serviços e tecnologias, capazes de contribuir para o enriquecimento do currículo e das práticas docentes. São espaço onde se lê, se tem acesso a todo o tipo de documentos, se pesquisa, se usa informação e se exploram ambientes, recursos e técnicas de aprendizagem diversificados.

As bibliotecas deverão promover a igualdade de oportunidades no acesso ao conhecimento e ao exercício da cidadania. Deverão estimular o gosto pela literatura, pelas artes e pelas ciências, constituindo-se como lugar de fruição e desenvolvimento educativo e cultural. Deverão favorecer o encontro e a partilha de interesses e saberes, as relações sociais e a vivência democrática.

As bibliotecas proporcionarão o contacto estreito e regular com o livro e a prática da leitura, enquanto instrumentos privilegiados de aprendizagem e treino da compreensão leitora, aptidões estruturantes e nucleares para a aquisição de conhecimento e determinantes nos percursos escolar e educativo dos alunos.

As bibliotecas deverão incentivar o trabalho em torno do livro, da leitura e das diferentes expressões associadas à leitura, assumindo-se como lugar de construção pessoal e de formação de leitores críticos e autónomos. As bibliotecas escolares deverão contribuir para a criação de uma cultura da leitura, impressa e digital, explorando recursos, equipamentos

tecnológicos e estratégias capazes de enriquecer as experiências de cada leitor e de promover o gosto e o prazer de ler.

As bibliotecas procurarão promover o trabalho colaborativo com os docentes e participar em projetos e em atividades pedagógicas, contribuindo para a melhoria dos resultados dos alunos e para a resolução de problemas de aprendizagem. Relacionar-se-ão com outras bibliotecas escolares, nomeadamente com as da Rede Concelhia e com as bibliotecas municipais, principalmente com a de Santa Maria da Feira e com o seu SABE (Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares).

As bibliotecas constituir-se-ão, pela sua natureza e missão, como uma base natural de apoio a alunos com necessidades educativas especiais, com programas curriculares próprios ou com outras formas de tratamento individualizado.

A eficiência e eficácia destas ações passarão pela existência de uma prática de autoavaliação, baseada em evidências e numa estratégia de melhoria contínua, de acordo com os modelos definidos pela Rede de Bibliotecas Escolares.

7.5. Necessidades Educativas Especiais

O enquadramento dos alunos com necessidades educativas especiais rege-se pelo Decreto-lei n.º 3/2008, de 7 janeiro, que sublinha a necessidade de criar condições específicas para a adequação do processo educativo de todas as crianças e jovens que apresentem limitações ao nível da atividade e participação num ou vários domínios da vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social, garantindo assim a inclusão educativa e a igualdade de oportunidades.

A resposta à diversidade será acautelada através da disponibilização de um conjunto de recursos materiais e humanos qualificados, entre os quais se destaca o departamento da Educação Especial e demais serviços especializados.

A diferenciação pedagógica e a gestão flexível do currículo são aspetos essenciais no processo, pelo que serão estabelecidos modelos de ensino-aprendizagem centrados no aluno e nas suas necessidades individuais. O trabalho a desenvolver em parceria com os diversos intervenientes (professores, médicos, terapeutas, psicólogos e encarregados de educação), visará a definição de metas, objetivos, estratégias e recursos, que favoreçam o sucesso

educativo, a autonomia, a estabilidade emocional e a preparação para o prosseguimento de estudos ou uma adequada preparação para a vida profissional e social das crianças e jovens.

A implementação das medidas definidas ocorrerá, sempre que possível, no grupo-turma regular, procedendo às adequações necessárias ao nível do currículo, dos critérios e instrumentos de avaliação, da utilização de ajudas técnicas, de apoios pedagógicos personalizados e de apoios terapêuticos. Sempre que a problemática em causa o exigir, poder-se-á recorrer a outros serviços específicos existentes no Agrupamento, nomeadamente à Unidade de Apoio Especializado à Multideficiência (UAEM).

O processo de elegibilidade para a educação especial de alunos referenciados por diversas entidades é da responsabilidade dos serviços especializados do Agrupamento. Os alunos, avaliados por referência à Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF-CJ), se apresentarem necessidade educativas especiais de caráter permanente, ficam abrangidos pelo Decreto-lei supramencionado, sendo elaborado um Programa Educativo Individual (PEI), conjunta e obrigatoriamente, pelo docente do grupo ou turma, diretor de turma, pelo docente de educação especial, pelos encarregados de educação e outros técnicos. No final do ano, dos resultados obtidos por cada aluno com a aplicação das medidas estabelecidas é elaborado um relatório circunstanciado, com a colaboração de todos os intervenientes, e um relatório individualizado, dando conta dos progressos alcançados pelo aluno, que constará do seu processo individual.

Com o objetivo de avaliar as situações de alunos com dificuldades no seu processo educativo foi constituída a Equipa Interdisciplinar de Avaliação das Necessidades Educativas Especiais (EIA-NEE). Esta equipa é responsável pela elaboração de um parecer ou relatório individual. Nos casos de alunos referenciados para a educação especial, a equipa será responsável pelo processo de elegibilidade.

Esta equipa é designada pela Diretora do Agrupamento, sendo constituída por docentes do Departamento de Educação Especial e pelo Psicólogo do Serviço de Psicologia e Orientação do Agrupamento

7.6. Critérios gerais de funcionamento das escolas do Agrupamento

7.6.1. Princípios gerais

São princípios gerais do funcionamento das escolas do Agrupamento os seguintes:

- A elaboração de horários das turmas e dos professores obedecerá aos

normativos legais e a critérios de ordem pedagógica.

- A distribuição do serviço docente é da competência da Diretora nos termos das alíneas c) e d) do n.º 4 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho.
- Sempre que possível e se justifique, deverá ser mantida a continuidade do professor e do diretor de turma na respetiva turma.
- A opção de não continuidade ocorrerá quando:
 - Expressa pelo professor, estando condicionada a aceitação pela Diretora e dependente da avaliação do trabalho desenvolvido no ano anterior, realizada pelo Conselho Pedagógico.
 - A Diretora, por motivos devidamente justificados, assim o entender.
- A continuidade da direção de turma dependerá também da possibilidade da sua atribuição.
- A distribuição de níveis pelos vários professores do grupo/disciplina deverá ser equilibrada e, sendo possível, não superior a três.

7.6.2. Critérios gerais

São critérios gerais do funcionamento das escolas do Agrupamento os seguintes:

- Nas escolas do Agrupamento, as atividades curriculares, as de enriquecimento curricular, bem como as de complemento do currículo, decorrem de acordo com o estipulado na legislação e tendo em conta as características de cada escola.
- Na Educação Pré-escolar e no 1.º ciclo o regime de funcionamento é o regime normal. As escolas encerrarão às 17,30 horas com as atividades de encerramento curricular integradas nesse horário.
- Na educação Pré-escolar poderão existir atividades de animação e apoio à família (AAAF), com o objetivo de assegurar o acompanhamento dos alunos, antes e/ou depois das atividades curriculares e de enriquecimento.
- Nas escolas do 1.º ciclo poderá haver um conjunto de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos antes e/ou depois da componente curricular e enriquecimento curricular, bem como, durante os períodos de interrupção letiva.
- Idealmente, a Escola Básica Fernando Pessoa funcionará em dois turnos: o período da manhã decorrerá entre as 8h30 e 13:25h, o período da tarde entre

as 13:40h e as 17h45.

- O intervalo do almoço não poderá ser inferior a uma hora.
- As atividades de enriquecimento curricular e de complemento do currículo realizar-se-ão, predominantemente e sempre que possível, no período da tarde e sem prejuízo de aulas.
- As atividades de complemento do currículo, bem como as reuniões dos órgãos de administração e gestão, estruturas de orientação educativa e serviços especializados de apoio educativo, não deverão colidir com as atividades letivas, sendo-lhes reservado um período específico para a sua realização.
- Os tempos letivos de cada uma das disciplinas serão distribuídos de modo a evitar o funcionamento de tempos letivos em dias consecutivos de disciplinas com dois tempos semanais.
- As aulas de Educação Física só poderão iniciar-se 1 hora após o término do período definido para o almoço.
- Caso não seja possível libertar uma tarde para reuniões, estas realizar-se-ão após as 17h45, de acordo com as calendarizações realizadas nas diferentes estruturas.
- A elaboração de horários poderá estar condicionada à disponibilidade de espaços específicos na escola-sede. No entanto, procurar-se-á, principalmente no 2.º ciclo, concentrar as aulas das turmas numa mesma sala, exceto nas disciplinas que exigem uma sala específica.
- Nenhuma turma poderá ter mais do que 6 tempos de 45 minutos consecutivos.
- O número de tempos de 45 minutos não deve ultrapassar os 8, respetivamente, em cada dia de aulas, podendo ser 9, excecionalmente, em dois dias da semana, desde que envolva disciplinas de caráter mais prático.
- Será feito o desdobramento das turmas nas condições constantes do anexo V do despacho normativo n.º 6/2014, de 26 de maio, exclusivamente para a realização de trabalho prático. Os desdobramentos serão feitos no tempo semanal correspondente a 90 minutos.
- No horário de cada turma não podem ocorrer tempos desocupados, vulgo “furos”. Evitar-se-á, também que haja tempos letivos desocupados em resultado da não frequência de uma disciplina pela totalidade dos alunos. Neste caso, os alunos serão ocupados em atividades de complemento do currículo e enriquecimento curricular.

- Os horários poderão ser pontualmente alterados para efeitos de permuta das aulas resultantes da ausência de docentes.

7.6.3. Horário dos professores e distribuição de serviço docente

- A componente letiva, a constar no horário semanal de cada docente, encontra-se fixada no artigo 77.º do ECD, considerando-se que está completa quando totalizar 25 horas semanais, no caso do pessoal docente da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, ou 22 tempos semanais (1100 minutos), no caso do pessoal dos restantes ciclos e níveis de ensino, incluindo a educação especial, sem prejuízo das reduções da componente letiva previstas no artigo 79.º do mesmo ECD.
- No caso de a unidade de tempo letivo for de 45 minutos, a componente letiva será de 24 tempos letivos, devendo proceder-se à conveniente compensação, a determinar pela diretora, ouvidas as estruturas de orientação curricular e das de coordenação educativa.
- Aos docentes de todos os níveis e ciclos de ensino é atribuído o tempo mínimo a incluir na componente não letiva de estabelecimento, desde que não ultrapasse 150 minutos, de modo a que:
 - a) Fiquem asseguradas as necessidades de acompanhamento pedagógico e disciplinar dos alunos;
 - b) Sejam realizadas as atividades educativas que se mostrem necessárias à plena ocupação dos alunos durante o período de permanência na escola.
- Não é permitida a distribuição ao docente de mais de seis tempos letivos consecutivos.
- No 1.º ciclo, os 25 tempos semanais para a lecionação dos programas são distribuídos da seguinte forma: Português — 8 horas letivas, incluindo uma hora diária para a leitura; Matemática — 8 horas letivas; Estudo do Meio — 3 horas, 1 das quais destinada ao ensino experimental das Ciências; 3 horas letivas para Expressões Artísticas e Físico-Motoras; 1 hora de Oferta Complementar para desenvolver atividades em articulação, integrando ações que promovam, de forma transversal, a educação para a cidadania e componentes de trabalho com as tecnologias de informação e comunicação; 2 horas para Apoio ao Estudo, reforço do Português e Matemática.
- O professor titular de turma do 1.º ciclo do ensino básico, que assegura

obrigatoriamente as disciplinas de Matemática, Português e Estudo do Meio, completa a componente letiva com as restantes componentes do currículo, com as Atividades de Enriquecimento Curricular ou com a coordenação de estabelecimento.

- As Expressões Artísticas e Físico-Motoras, o Apoio ao Estudo, a Oferta Complementar e as Atividades de Enriquecimento Curricular são distribuídos de forma articulada entre os docentes da escola possuidores de formação e perfil adequados.
- Na elaboração do horário de trabalho do pessoal docente é obrigatoriamente registada a totalidade das horas correspondentes à duração da respetiva prestação semanal de trabalho (com a exclusão da componente não letiva individual), procurando-se distribuir equilibradamente as componentes letiva e não letiva. A componente letiva dos docentes do quadro tem de estar totalmente completa, não podendo conter qualquer tempo de insuficiência. A insuficiência, se existir, será suprida com substituições temporárias, lecionação de grupos de alunos de homogeneidade relativa em disciplinas estruturantes, reforço da carga curricular de qualquer disciplina, atividades de apoio ao estudo ou outro tipo de apoio ou coadjuvação.
- A marcação no horário das horas de cargos ou funções deve ter em conta os interesses da escola, os seus objetivos e as suas finalidades.
- O docente está obrigado a comunicar à Diretora qualquer facto que implique redução ou condicionamento na elaboração do horário.
- Os docentes que ao longo do ano prevejam redução de serviço letivo deverão dar conta da situação à Diretora.
- A distribuição de serviço deve ter como princípio orientador a qualidade do ensino e os legítimos interesses dos alunos.
- A distribuição de serviço deve ser devidamente planeada, tendo em consideração os recursos humanos disponíveis, as disponibilidades físicas do edifício escolar e a sequencialidade dos ciclos e anos de escolaridade. Assim, esta distribuição subordina-se aos seguintes princípios orientadores:
 1. Adequação do perfil do professor à turma, nomeadamente naquelas onde existem problemas de assiduidade, indisciplina, insucesso repetido, etc.;
 2. Distribuição equilibrada de níveis pelos vários professores do grupo/disciplina;

3. Distribuição do serviço letivo feita, preferencialmente, de modo a que cada disciplina (ou cada nível) seja lecionada por uma equipa de, pelo menos, dois professores;
 4. Previsibilidade de ausência prolongada e a consequente falta de assiduidade do professor.
- A componente letiva deverá ser distribuída tendo em consideração os seguintes parâmetros:
 - i. Perfil do professor adequado ao ciclo/nível, curso, disciplina;
 - ii. Formação profissional;
 - iii. Continuidade, sempre que conveniente;
 - iv. Distribuição equilibrada de níveis;
 - v. Desempenho de cargos.
 - Não podem ser distribuídas aos professores turmas que contenham familiares em primeiro grau.
 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, poderão ser definidos outros critérios de elaboração e distribuição de horários fixados em Regimento.
 - As disciplinas de Educação Visual e de Educação Tecnológica deverão ser preferencialmente lecionadas pelo mesmo docente.

7.6.4. Constituição de turmas

- A constituição das turmas tem como pressuposto a criação de condições de igualdade a todos os alunos, ao longo do seu percurso escolar.
- É regulamentada pelo disposto no Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho, no Decreto-lei n.º 176/2012, de 2 de agosto, no Decreto-lei n.º 91/2013 de 10 de julho, no despacho normativo n.º 6/2014, de 26 de maio, Despacho n.º 5048-B/2013 de 12 de abril.
- Prevalecem, na sua constituição, os critérios de natureza pedagógica definidos no Projeto Educativo do Agrupamento.
- A constituição das turmas é um momento-chave para a resolução ou prevenção de situações de insucesso e de indisciplina. Será sempre necessário que se faça com um máximo conhecimento das características dos alunos. Além das orientações instituídas pela legislação em vigor, são cumulativamente aplicáveis as seguintes orientações:
 - i. A constituição de turmas de todos os níveis do Ensino Básico deve

obedecer prioritariamente a imperativos de natureza psicopedagógica, respeitando, sempre que possível, as opções dos alunos (disciplinas de Língua Estrangeira, EMRC, Curso)

- ii. No 1.º ciclo as turmas privilegiarão a continuidade do grupo formado na Educação Pré-escolar e a preferência manifestada pelo Encarregado de Educação relativamente ao estabelecimento de ensino a frequentar.
 - iii. Um aluno retido nos 1.º, 2.º ou 3.º anos de escolaridade pode integrar a turma a que pertencia por decisão do diretor, sob proposta do professor titular de turma, ouvido o conselho de docentes.
 - iv. Os docentes do 1.º ciclo que lecionaram o 4.º ano, bem como, os professores do Apoio Educativo, devem participar, deixando indicações necessárias à elaboração das turmas do 5.º ano.
- As turmas dos 2.º e 3.º Ciclos devem ser constituídas por alunos cujos níveis etários não sejam muito distanciados.
 - As turmas de 5.º ano deverão dar continuidade, sempre que possível, ao grupo que vem do 4.º ano de escolaridade.
 - Nos restantes anos deve ser respeitada a continuidade do grupo, salvo indicações/ orientações dos conselhos de turma e diretor de turma devidamente fundamentadas e aprovadas pela Diretora.
 - Devem ser respeitados, sempre que possível, os pedidos formulados pelos encarregados de educação, desde que devidamente fundamentados e entregues dentro do prazo legal.
 - Devem seguir-se as orientações dos professores de Educação Especial.
 - Em relação aos alunos em situação de retenção, nos 2.º e 3.º Ciclos, dever-se-á ter em consideração o seguinte:
 - i. A distribuição por várias turmas;
 - ii. As propostas do Conselho de Turma relativas ao programa a cumprir pelos alunos;
 - iii. As medidas de apoio destinadas aos alunos que revelem dificuldades de aprendizagem.
 - O número de alunos por turma deve obedecer ao que é estipulado nos normativos em vigor.
 - Haverá lugar à criação de turmas constituídas por alunos do Curso Básico de Música, sempre que seja estabelecido protocolo com Escolas de Música.

- Na organização das turmas, sempre que possível, deve equilibrar-se o número de alunos do sexo feminino e do sexo masculino.
- Os alunos provenientes de países estrangeiros devem ser integrados em turmas de forma a possibilitar o apoio pedagógico previsto no Despacho Normativo n.º 7/2006, de 6 de fevereiro, alterado pelo Despacho Normativo n.º 12/2011, de 22 de agosto, e ofícios circulares seguintes.
- As turmas que não obedeçam ao n.º estipulado nos normativos carecem de autorização superior.
- Qualquer exceção aos pontos anteriores deverá ser devidamente fundamentada no relatório efetuado pela equipa responsável pela elaboração das turmas, o qual será apresentado no Conselho de Diretores de Turma e no Conselho Pedagógico.

7.6.5. Indicações para a ocupação plena dos tempos escolares

O tempo destinado à ocupação plena dos tempos escolares e sem prejuízo de outras que eventualmente venham a ser consideradas necessárias e regulamentadas através do Plano de Ocupação dos Alunos do Agrupamento,

O Plano de Ocupação de Alunos (POA) aprovado pelo Conselho Pedagógico visa dar cumprimento ao estipulado pelo n.º 2 b) do art.º 7.º, do Despacho Normativo n.º 6/2014, de 26 de maio, em articulação com o art.º 82.º do ECD.

Este plano pretende criar as condições necessárias para a ocupação plena dos alunos, durante o seu horário letivo, na situação de ausência do docente titular de turma/disciplina, e, ainda, durante os tempos livres no período de permanência no estabelecimento escolar.

Pretende-se que a operacionalização deste plano seja um instrumento organizativo capaz de contribuir para assegurar o aproveitamento eficiente e racional dos recursos humanos existentes nas escolas, garantindo o acompanhamento educativo dos alunos durante o período de permanência no espaço escolar.

O POA prevê a existência da Bolsa de Ocupação, a Compensação dos Tempos Letivos, as Atividades Pedagógicas de Ocupação, que incluem a permuta de aula, reposição de aula e atividades educativas de ocupação. Entende-se por atividades educativas de ocupação: os clubes, projetos, aulas de apoio ao estudo, aulas de apoio pedagógico acrescido, salas de estudo, atividades lúdicas ou outras definidas pelos Departamentos Curriculares bem como as que o docente queira desenvolver e considere adequadas à turma ou alunos em causa.

7.8. Desporto escolar

O projeto de Desporto Escolar pressupõe-se transversal e operacionalizado em complementaridade com o trabalho efetuado na disciplina de Educação Física, em articulação com os respetivos docentes. Através do desporto escolar, pretende-se:

- a) Dar a conhecer as implicações e benefícios de uma participação regular em atividades físicas e desportivas;
- b) Proporcionar aos alunos um conjunto de atividades individuais e coletivas que sejam adequadas aos diferentes níveis de prestação motora e de estrutura corporal;
- c) Fomentar o cumprimento de regras de higiene e segurança no desenvolvimento de atividades físicas;
- d) Fomentar o respeito pelas normas do espírito desportivo, promovendo entre todos os participantes um clima de competição leal e de boas relações interpessoais;
- e) Contribuir para a criação de uma cultura desportiva na escola e proporcionar o acesso à prática desportiva regular de qualidade, contribuindo para a promoção do sucesso escolar dos alunos, de valores e princípios associados a uma cidadania ativa.

O Desporto Escolar deve consolidar-se a partir de uma resposta abrangente que vá ao encontro da criação de grupos-equipas de referência ao nível da prática desportiva no Agrupamento, mas que também tenha em conta as motivações e os interesses da população escolar. Este clube revela-se de extrema importância no Agrupamento, tornando mais “rica” a sua oferta educativa, sendo para muitos alunos a única oportunidade de acesso à prática desportiva formal, não formal e informal.

Os grupos-equipas envolvem-se em competições *interescolas* com um nível de competitividade crescente: Campeonatos Locais, Campeonatos Regionais, Campeonatos Nacionais e Campeonatos Internacionais (ISF-International School Sport Federation ou FISECFédération Internationale Sportive de l'Enseignement Catholique) o que possibilita alargar os horizontes motivacionais dos alunos, bem como representar e promover a divulgação do Agrupamento.

O Clube do Desporto Escolar é a unidade organizacional do Agrupamento responsável pelo desenvolvimento e execução do Programa do Desporto Escolar. Compete ao Clube do Desporto Escolar, através do seu Coordenador, elaborar e fazer aprovar anualmente no Conselho Pedagógico do Agrupamento o seu Projeto de Desporto Escolar.

O Clube do Desporto Escolar, sempre que necessário por incompatibilidade de horários, poderá realizar as suas sessões de treino após o término do horário letivo dos alunos, não podendo exceder as 18:30 horas.

7.8. Atividades pedagógicas, científicas, culturais e desportivas

61

7.8.1. Critérios de participação

A quantidade e diversidade de propostas que chegam para promover, participar, integrar e realizar as mais diversas atividades exigem que a tomada de decisão sobre as mesmas assente em princípios comuns, orientados para os grandes objetivos e metas do Agrupamento.

Com o intuito de permitir uma reflexão e tomada de decisões fundamentadas e orientadas para os objetivos e metas estabelecidos, importa definir os critérios de participação das várias escolas e alunos do Agrupamento em atividades pedagógicas, científicas, culturais e desportivas.

Assim, a tomada de decisão relativa à aceitação e realização de atividades propostas pelos agentes externos, obedecerá aos seguintes critérios:

1. Deverá dar-se prioridade às iniciativas do Ministério da Educação e Ciência, parcerias com entidades locais e/ ou opções a tomar no âmbito do currículo local;
2. As atividades deverão apresentar-se como oportunidades relevantes para a concretização dos princípios orientadores do Projeto Educativo do Agrupamento;
3. As atividades deverão estar em consonância com o Projeto Curricular de Agrupamento contribuindo, significativamente, para a sua operacionalização;
4. A planificação das atividades deverá evidenciar uma necessária ponderação relativa aos seus custos, quer para o Agrupamento, quer para os pais e encarregados de educação, e aos seus benefícios para os alunos, sendo de promover a contenção e poupança de recursos financeiros;
5. As atividades deverão potenciar o desenvolvimento das relações com a comunidade educativa e promover a imagem do Agrupamento;
6. A planificação, concretização e avaliação das atividades, enquanto ocasiões relevantes para o sucesso educativo dos alunos, deverão pressupor um trabalho colaborativo no âmbito dos departamentos/ coordenações de ano/

conselhos de turma, de forma a promover a interdisciplinaridade e a rentabilizar recursos humanos e financeiros;

7. As atividades deverão promover nos alunos atitudes de cidadania, estilos e hábitos de vida saudáveis e melhoria dos seus níveis de desempenho;
8. As atividades deverão integrar formas inovadoras ou distintas dos alunos acederem ou consolidarem saberes ou aprendizagens das diversas disciplinas que, de outra forma, não seja possível às escolas proporcionar;
9. As atividades de natureza religiosa não deverão ser de carácter obrigatório.

7.8.2. Procedimentos de concretização de visitas de estudo/ atividades

As visitas de estudo constituem estratégias pedagógico-didáticas que visam contribuir para a valorização dos conhecimentos e, consequentemente, para a formação integral do aluno.

As visitas de estudo devem ter carácter interdisciplinar e serem orientadas para proporcionar experiências que complementem os conteúdos lecionados e o desenvolvimento de capacidades.

A organização das visitas de estudo/ atividades regem-se por determinadas regras e procedimentos. Assim, no início do ano letivo, as diferentes estruturas / conselhos de turma preenchem os modelos PAA1 (vd anexo A.10) e PAA2 (vd anexo A.11) respetivamente.

A secção de atividades e projetos em desenvolvimento do Conselho Pedagógico, após a análise das propostas e verificação da sua concordância com o Projeto Educativo e os Planos de Atividades das Turmas, apresenta-as ao Conselho Pedagógico, que procede à sua aprovação.

Quando?	Ações a desenvolver	Modelos a utilizar	Quem desenvolve a ação	Entregue a quem?
Com a antecedência necessária para ser avaliada e aprovada pelo Conselho Pedagógico	Elaborar o projeto de atividade e submetê-lo à aprovação na Estrutura / CT	Anexo A.12	O(s) organizador(es)	Coordenador respetivo/ Secção de Atividades do CP
Após comunicação da aprovação pelo CP*	Comunicar / Solicitar autorização	Anexo A.13	O(s) organizador(es)	Encarregados de Educação
72 horas antes da realização	Comunicar à Diretora	Anexo A.14-A	O(s) organizador(es)	Gabinete de Apoio
Até 5 dias antes da realização da atividades		Anexo A.1.14-B (no caso de as atividades carecerem de recursos físicos, materiais e/ou humanos)		
Logo após a visita de estudo / atividade	Avaliar, com os alunos envolvidos, a visita de estudo / atividade	Questionários, inquéritos, testes de conhecimento, etc	O(s) organizador(es) e os alunos envolvidos	_____
Até 8 dias após a realização da visita de estudo / atividade	Preencher o relatório de visita de estudo / atividade	Anexo A.5	O(s) organizador(es), preferencialmente, na Estrutura / CT	Coordenador respetivo/ Secção de Atividades do CP

*Ocasionalmente, para elaboração do projeto, poderá fazer-se uma auscultação aos encarregados de educação sobre a intenção de participação dos alunos.

Nos casos em que seja necessário acautelar transporte os professores organizadores procedem ao levantamento dos lugares necessários, solicitando ao técnico do SASE orçamentos para o respetivo transporte, no caso dos 2.º e 3.º ciclos.

A fim de não prejudicar as atividades letivas de outros alunos os professores organizadores/ acompanhantes deverão seguir os seguintes procedimentos:

1. Preferencialmente, proceder a uma permuta da atividade letiva programada entre docentes da mesma turma ou do mesmo grupo disciplinar;
2. Caso não seja possível o previsto no número anterior, o professor acompanhante elaborará um plano de aula, que será aplicado pelo professor da bolsa de ocupação.

8. Plano de Formação do Agrupamento

Idealmente, os Órgãos de Administração e Gestão, deverão definir as necessidades e providenciar a formação adequada aos docentes, não docentes e demais membros da comunidade educativa. No entanto, a conjuntura atual cria obstáculos neste processo.

Apesar destes constrangimentos, no Agrupamento, reconhece-se a importância de valorizar os recursos humanos através de uma formação adequada. Nesse sentido, procede-se à auscultação dos departamentos e dos responsáveis pelo pessoal não docente para a definição de um conjunto de ações de formação.

O pessoal não docente deverá, sempre que existir oferta, frequentar, sem prejuízo de outras, ações que se insiram nas seguintes temáticas:

- i. Formação no âmbito do relacionamento com os alunos no contexto da infância e adolescência;
- ii. Formação específica sobre os produtos, equipamentos e espaços;
- iii. Formação em relações interpessoais;
- iv. Formação em primeiros socorros;
- v. Outras decorrentes de necessidades pontuais.

A Secção de Formação do Conselho Pedagógico deverá verificar a coerência e articulação com os documentos estruturantes do Agrupamento e elaborar uma proposta de Plano de Formação a aprovar pelo Conselho Pedagógico. Este plano integrará o Plano Anual de Atividades.

9. Matrizes curriculares

9.1. Áreas de Conteúdo da Educação Pré-escolar

As Orientações Curriculares vinculam a intencionalidade do processo educativo neste nível de educação devendo o educador ter em conta:

1. Os objetivos gerais – enunciados na Lei-quadro da Educação Pré-Escolar;
2. A organização do ambiente educativo – como suporte do trabalho curricular e da sua intencionalidade;
3. As áreas de conteúdo – que constituem as referências gerais a considerar no planeamento e avaliação das situações e oportunidades de aprendizagem:
 - Formação Pessoal e Social
 - Expressão e Comunicação

- Linguagem Oral e Abordagem à Escrita
- Matemática
- Conhecimento do Mundo
- Tecnologias de Informação e Comunicação

4. A continuidade educativa – como processo que parte do que as crianças já sabem e aprenderam, criando condições para o sucesso nas aprendizagens seguintes;

5. A intencionalidade educativa – que decorre do processo reflexivo de observação, planeamento, ação e avaliação desenvolvido pelo educador, de forma a adequar a sua prática às necessidades das crianças.

O desenvolvimento curricular na Educação Pré-escolar é da responsabilidade do educador. A atividade educativa/letiva deve prever e organizar um tempo simultaneamente estruturado e flexível em que os diferentes momentos tenham sentido para as crianças com a finalidade de proporcionar processos de desenvolvimento e de aprendizagem pensados e organizados pelo educador intencionalmente.

(in: Gestão do Currículo na Educação Pré-escolar – Circular n.º 17/DSDC/DEPEB2007; Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar).

9.2. Matriz curricular do 1.º ciclo

Componentes do currículo		Carga horária semanal		
			CAP	
Disciplinas de frequência obrigatória	Português	7 horas	+1h	25 horas
	Matemática	7 horas	+1h	
	Estudo do Meio	3 horas		
	Expressões Artísticas e Físico-Motoras	3 horas		
	Apoio ao Estudo	1,5 horas	+0,5h	
	Oferta Complementar: <i>Educação para a Cidadania</i>	1 hora		
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) (a)		Inglês	- 1 x por semana no 1.º / 2.º anos - 2 x por semana no 3.º / 4.º anos	
		Atividade Físico-desportiva	- 2 x por semana no 1.º / 2.º anos - 2 x por semana no 3.º / 4.º anos	
		Atividades Lúdico-expressivas	- 2 x por semana no 1.º / 2.º anos - 1 x por semana no 3.º / 4.º anos	

(a) Atividades de carácter facultativo. Estas atividades são obrigatórias desde que o Encarregado de Educação inscreva o aluno e estão dependentes dos recursos humanos e físicos disponíveis no Agrupamento, que condicionam o seu desenvolvimento.

O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará obrigatoriamente atividades experimentais e atividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes disciplinas, nomeadamente no ensino das ciências.

A participação de cada turma nestas atividades é inscrita no Plano de Atividades da Turma (PAT) e é supervisionada pelo docente titular de turma em articulação com o respetivo Conselho de Docentes.

Para promover a igualdade de oportunidades e contribuir de forma intencional e sistemática para as metas do Projeto Educativo, o Agrupamento disponibilizará respostas tendo em conta as necessidades dos alunos e os recursos disponíveis, procurando as estratégias educativas mais ajustadas às suas necessidades. Assim, através da gestão da diversidade de modalidades, integra e ajusta, na sua prática educativa inclusiva, as respostas implementadas, de modo a permitir a cada aluno o desenvolvimento do seu potencial, visando a integração e o sucesso educativo.

Sempre que tal se mostre necessário, sob proposta do docente titular de turma, serão elaborados e aplicados aos alunos Planos de Acompanhamento Pedagógico Individual.

9.3. Matriz curricular do 2.º ciclo

O currículo do 2.º Ciclo do Ensino Básico assenta nas diversas disciplinas e na disciplina facultativa de Educação Moral e Religiosa Católica, ou de outras confissões, desde que haja número de alunos significativo para o efeito. Para além destas, há a considerar a oferta complementar, que no Agrupamento corresponde à disciplina de Escola e Cidadania, e o Apoio ao Estudo.

A presente matriz curricular apresenta a carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos.

Componentes do currículo		Carga Horária Semanal		
		5.º ano	6.º ano	total do ciclo
Áreas disciplinares /disciplinas	<i>Línguas e Estudos Sociais</i>	12	12	24
	Português	6	6	12
	Inglês	3	3	6
	História e Geografia de Portugal	3	3	6
	<i>Matemática e Ciências</i>	9	9	18
	Matemática	6	6	12
	Ciências Naturais	3	3	6
	<i>Educação Artística e Tecnológica</i>	6	6	12
	Educação Visual	2	2	4
	Educação Tecnológica	2	2	4
	Educação Musical	2	2	4
	<i>Educação Física</i>	3	3	6
Educação Moral e Religiosa (a)		1	1	2
<i>Tempo a cumprir</i>		30	30	60
Oferta complementar – Escola e Cidadania (b)		1	1	2
Apoio ao Estudo (c)		5	5	10

(a) Disciplina de frequência facultativa.

(b) Frequência obrigatória para os alunos, desde que criada pela escola. Esta disciplina é atribuída ao diretor de turma.
(c) Oferta obrigatória para a escola, de frequência facultativa para os alunos, sendo obrigatória por indicação do conselho de turma e obtido o acordo dos encarregados de educação.

9.4. Matriz curricular do Curso Básico de Música 2.º ciclo

A presente matriz curricular está de acordo com a Portaria n.º 225/2012, de 30 de julho, e apresenta a carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos.

67

Componentes do currículo		Carga Horária Semanal		
		5.º ano	6.º ano	total do ciclo
Áreas disciplinares / disciplinas	Línguas e Estudos Sociais	12	12	24
	Português	6	6	12
	Inglês	3	3	6
	História e Geografia de Portugal	3	3	6
	Matemática e Ciências	9	9	18
	Matemática	6	6	12
	Ciências Naturais	3	3	6
	Educação Visual	2	2	4
	Formação Vocacional (a)	7	7	14
	Formação Musical	3	3	6
	Instrumento	2	2	4
	Classes de Conjunto	2	2	4
	Educação Física	3	3	6
Educação Moral e Religiosa (b)		1	1	2
Tempo a cumprir		30	30	60
Oferta complementar (c)		1	1	2
Escola e Cidadania – Enriquecimento Curricular		1	1	2
Apoio ao Estudo (d)		5	5	10

(a) A componente inclui, para além dos tempos letivos mínimos constantes em cada disciplina, 45 minutos integrados na disciplina de Formação Musical.

(b) Disciplina de frequência facultativa.

(c) Escola e Cidadania.

(d) Oferta obrigatória para a escola, de frequência facultativa para os alunos, sendo obrigatória por indicação do conselho de turma e obtido o acordo dos encarregados de educação.

Nos 1.º e no 2.º Ciclos, desenvolve-se o Apoio ao Estudo, que visa promover a apropriação, pelos alunos, de métodos de estudo, de trabalho e de organização, assim como o desenvolvimento de atitudes e capacidades que favoreçam uma crescente autonomia na realização das suas próprias aprendizagens.

Os docentes com a responsabilidade do acompanhamento dos alunos no Apoio ao Estudo devem centrar a sua ação na aquisição e desenvolvimento de saberes transversais, uma vez que são aquelas que representam, de forma mais significativa, a estruturação do conhecimento de modo transversal a todas as áreas disciplinares do currículo.

O Apoio ao Estudo é de frequência obrigatória para os alunos do 1.º ciclo. No 2.º ciclo é obrigatório para aqueles que forem indicados pelo conselho de turma, desde que obtido o acordo dos encarregados de educação.

Deve ser utilizado visando os seguintes objetivos:

- Promover a melhoria das aprendizagens;
- Orientar o aluno na identificação e análise de estratégias e métodos de estudo;
- Complementar as estratégias de ensino através de uma pedagogia diferenciada;
- Desenvolver atividades como reforço nas disciplinas de Matemática, Português e Inglês, ou outras em que os alunos tenham mais dificuldades;
- Desenvolver o exercício de consulta e utilização de diversas fontes de informação;
- Orientar os alunos na autoavaliação relativamente à eficácia e métodos de estudo utilizados;
- Valorizar e promover o saber estar e o trabalhar em grupo;
- Desenvolver atividades no âmbito dos Planos de Acompanhamento Pedagógico Individual dos alunos.

Os professores que asseguram o apoio ao estudo (em turma que não lecionam nenhuma disciplina) devem articular o trabalho com os professores das turmas e prestar informações, nos momentos de avaliação (intercalar e final de período), ao diretor de turma dos alunos a que dão apoio, de modo a que este processo possa também contribuir para a avaliação dos mesmos.

O conselho de turma desempenha um importante papel no desenvolvimento das atividades relativas ao Apoio ao Estudo e à oferta complementar de Escola e Cidadania, nomeadamente na tomada de decisões, planificação, acompanhamento e avaliação dos resultados.

9.5. Matriz curricular do 3.º ciclo

O currículo do 3.º Ciclo do Ensino Básico assenta nas diversas disciplinas organizadas por áreas e na disciplina facultativa de Educação Moral e Religiosa Católica. Para além destas, há a considerar; a oferta de escola, no domínio das expressões e tecnologias, que consiste nas disciplinas de “Dança”, no 7.º ano, e “Oficina de Artes”, no 8.º ano; e a oferta complementar, que é a “Escola e Cidadania”, para os 7.º, 8.º e 9.º anos.

A presente matriz curricular apresenta a carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos.

Matriz curricular do 3.º ciclo

Componentes do currículo		Carga Horária Semanal			
		7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total
Áreas disciplinares / disciplinas	Português	5	5	5	15
	Línguas Estrangeiras	6	5	5	16
	Inglês	3	2	3	8
	Francês/Espanhol	3	3	2	8
	Ciências Humanas e Sociais	5	5	6	16
	História	2	3	3	8
	Geografia	3	2	3	8
	Matemática	5	5	5	15
	Ciências Físicas e Naturais	6	6	6	18
	Ciências Naturais	3	3	3	9
	Físico-Química	3	3	3	9
	Expressões e Tecnologias	4	4	3	11
	Educação Visual	2	2	3	7
	TIC e Oferta de Escola (a)	2	2	-	4
	Educação Física	3	3	3	9
Educação Moral e Religiosa (b)		1	1	1	3
<i>Tempo a cumprir</i>		34	33	33	100
Oferta complementar (c)		1	1	1	3

(a) A disciplina de TIC inicia-se no 7.º ano, funcionando sequencial e semestralmente nos 7.º e 8.º anos, em articulação com a disciplina de Oferta de Escola. No 7.º ano, Dança, e, no 8.º ano, Oficina das Artes.

(b) Disciplina de frequência facultativa

(c) Escola e Cidadania

9.6. Matriz curricular do Curso Básico de Música 3.º ciclo

A presente matriz curricular apresenta a carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos.

Componentes do currículo		Carga Horária Semanal (a)			
		7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total
Áreas disciplinares / disciplinas	Português	5	5	5	15
	Línguas Estrangeiras(a)	5	5	5	15
	Inglês	3	2	3	8
	Francês	2	3	2	7
	Ciências Humanas e Sociais(a)	5	5	5	15
	História	2	3	2	7
	Geografia	3	2	3	8
	Matemática	5	5	5	15
	Ciências Físicas e Naturais(a)	5	5	5	15
	Ciências Naturais	2	3	2	7
	Físico-Química	3	2	3	8
	Expressões				
	Educação Visual (b)	2	2	2	6
	Educação Física	3	3	3	9
	Formação vocacional (c)	7	7	7	21
	Formação Musical	2	2	2	6
	Instrumento	2	2	2	6
	Classe de Conjunto	2	2	2	6
	Oferta complementar (c)	1	1	1	3
Educação Moral e Religiosa (d)		1	1	1	3
Tempo a cumprir		34	33	33	100
Escola e Cidadania – Enriquecimento curricular (e)		1	1	1	3

(a) Quando as disciplinas forem lecionadas em turma não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola no ensino geral na turma que frequentam.

(b) Disciplina de frequência facultativa, mediante decisão do encarregado de educação — e de acordo com as concretas possibilidades da escola — a tomar no momento de ingresso no Curso Básico de Música do 3.º ciclo. A opção tomada deve manter-se até ao final do ciclo.

(c) A definir anualmente para cada ano de escolaridade mediante a apresentação de um projeto da responsabilidade das academias de música.

(d) Disciplina de frequência facultativa.

(e) A disciplina de Escola e Cidadania é oferecida pelo Agrupamento de Escolas e constitui uma atividade de enriquecimento curricular. Esta disciplina é ministrada pelo Diretor de Turma e a sua frequência carece de autorização dos Encarregados de Educação.

9.7. Matriz Curricular do Curso Vocacional de Artes e Multimédia

O currículo do curso vocacional de Artes e Multimédia assenta nas componentes de formação geral, complementar e vocacional de acordo com a respetiva matriz curricular.

Matriz curricular							
Componentes de Formação		1.º ANO		2.º ANO		Total	
		Total de horas	Total de TL (45min)	Total de horas	Total de TL (45min)	Horas	Tempos
Geral	Português	110	147	110	147	220	294
	Matemática	110	147	110	147	220	294
	Inglês	65	87	65	87	130	174
	Educação Física	65	87	65	87	130	174
	Subtotal	350	468	350	468	700	936
Complementar	História	45	60	45	60	90	120
	Geografia	45	60	45	60	90	120
	Ciências Naturais	45	60	45	60	90	120
	Físico-Química	45	60	45	60	90	120
	Subtotal	180	240	180	240	360	480
Vocacional	Multimédia	120	160	120	160	240	320
	Desenho Digital	120	160	120	160	240	320
	Cerâmica Artística	120	160	120	160	240	320
	Subtotal	360	480	360	480	720	960
Prática Simulada	Multimédia	70		70		140	
	Desenho Digital	70		70		140	
	Cerâmica Artística	70		70		140	
	Subtotal	210		210		420	
Total		1100		1100			

10. Iniciativas dos Elementos da Comunidade Escolar

10.1. Participação das associações de pais e encarregados de educação

O papel dos pais e dos encarregados de educação não pode ser ignorado, pois é nos pais e encarregados de educação que reside grande parte da responsabilidade pelo sucesso escolar e educativo dos nossos alunos. Se, por um lado, a Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, procedeu a um conjunto de alterações no sentido de atribuir maior responsabilidade às

famílias, por outro lado, também a escola, dentro das suas competências e possibilidades, deve favorecer cada vez mais o envolvimento das famílias na vida da escola, no sentido de estas contribuírem para um melhor sucesso dos seus educandos.

Os representantes dos encarregados de educação nos conselhos de turma (CT) deverão ter um papel mais ativo na sua participação através da definição de mecanismos de comunicação e articulação com os restantes encarregados de educação. A comunicação/articulação entre o Conselho de Turma e os Encarregados de Educação será realizada:

- i. Pelo Diretor de Turma;
- ii. Pelos representantes dos Encarregados de Educação nos conselhos de turma através de um resumo das deliberações tomadas, que será enviado via correio eletrónico ou, na caderneta escolar através dos educandos.

Devem continuar a envolver-se ativamente na resolução dos problemas do Agrupamento, integrando a Associação de Pais, o Conselho Geral e os Conselhos de Turma.

O envolvimento das associações de pais e encarregados de educação deverá refletir-se na:

1. Promoção de debates/sessões de sensibilização em vários temas;
2. Dinamização de atividades/tarefas que promovam a participação das famílias;
3. Sua auscultação e integração das suas opiniões;
4. Organização de projetos com a participação coletiva;
5. Apoio às suas iniciativas.

10.2. O papel dos assistentes operacionais e assistentes técnicos

Torna-se necessário fazer uma gestão cuidada e criteriosa do quadro de assistentes operacionais de modo a ter uma cobertura adequada em todos os momentos em que a escola funciona.

Tanto os assistentes técnicos como os assistentes operacionais são indispensáveis para o correto funcionamento do Agrupamento. Nesse sentido:

1. Devem desempenhar as suas funções de modo a não prejudicar o funcionamento letivo, mas a facilitar o desempenho de todos os agentes da educação e ensino;
2. A sua presença nos locais definidos é indispensável;
3. Devem atuar disciplinarmente junto dos alunos elaborando participações de ocorrência sempre que se justifique;

4. Devem desempenhar as missões que lhes estão ou vierem a estar atribuídas com o máximo de proficiência e sentido profissional.

10.3. Parcerias com entidades locais

As Escolas e Jardins do Agrupamento vivem com a realidade do meio em que se inserem. É sobre essas condicionantes que desempenham as suas funções e se esforçam por melhorar a situação geral. Todavia não estão sós. Há outras instituições que, embora com outros objetivos, atuam neste espaço com vista à formação integral dos alunos e ao apoio ao desenvolvimento curricular e de complemento do currículo, através do desenvolvimento de projetos específicos,

Para isso deve-se:

1. Promover a crescente participação de outras entidades (culturais, económicas, políticas, cívicas) nas atividades da escola e vice-versa através da elaboração de protocolos, projetos e/ou parcerias;
2. Solicitar apoio em ações de formação para os alunos, cedências de instalações para as atividades da escola, para a resolução de problemas materiais e humanos das escolas e jardins;
3. Testar, pelo menos uma vez por ano, o Plano de Emergência de todas as escolas e jardins;
4. Procurar patrocínios para a aquisição de equipamentos pedagógicos;
5. Incentivar uma cultura de parceria e cooperação.

10.3.1. Entidades com as quais o Agrupamento estabeleceu parcerias

O Agrupamento estabeleceu as seguintes parcerias e desenvolve os seguintes projetos:

10.3.1.1. PSP/ Escola Segura

Em articulação com esta entidade, levam-se a cabo várias atividades e sessões de esclarecimento e/ou ações de formação dirigidas aos alunos relacionadas com a temática da segurança, prevenção de comportamentos de risco e acompanhamento de situações problemáticas vividas dentro e fora da escola.

10.3.1.2. Centro de Saúde/Educação para a Saúde

A Unidade de saúde de Santa Maria da Feira é um parceiro privilegiado em atividades relacionadas com questões de saúde pública, tais como vacinação, higiene oral, educação sexual e surtos epidémicos e na referenciação/encaminhamento de crianças e jovens em risco.

10.3.1.3. Autarquia/Empresas/ Instituições/Serviços

O Agrupamento estabelece protocolos e parcerias com instituições/empresas, tendo em vista o desenvolvimento de relações privilegiadas de âmbito cultural, científico, social, desportivo, de saúde, de formação profissional, nomeadamente, na formação em contexto de trabalho dos Cursos Profissionais.

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e as atuais Juntas de Freguesia de Santa Maria da Feira, Fornos e Souto são parceiros privilegiados da Escola Básica Fernando Pessoa, mantendo uma interação continuada, em áreas e contextos multifacetados que contribuem para uma inserção mais profícua da escola na comunidade.

10.3.1.4. Comissão Concelhia de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira

O Agrupamento desenvolve um trabalho articulado com esta Comissão no que diz respeito ao despiste, sinalização, acompanhamento e avaliação de situações de risco familiar.

10.3.1.5. Rede de Bibliotecas Escolares /Rede Concelhia de Entre Douro E Vouga

Visa o desenvolvimento da ligação entre as escolas dos vários níveis de ensino e a Biblioteca Municipal, otimizando atividades e recursos por meio de uma parceria efetiva que se concretiza na partilha de experiências no âmbito da gestão e dinamização de bibliotecas, inserida numa política coordenada de aquisições e na dinamização do empréstimo interbibliotecas, assente na observância de princípios técnicos (biblioteconómicos e informáticos) uniformizados, através de uma plataforma tecnológica e um grupo de trabalho concelhio.

10.3.1.6. CERCI-Lamas/Centro de Recursos para a Inclusão

Esta instituição coadjuva o Agrupamento técnica e especificamente no que concerne às Unidades de Multideficiência e de Ensino Estruturado para crianças e jovens com necessidades específicas. Presta apoio especializado em Psicologia, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional e Fisioterapia a crianças e jovens entre os 6 e os 18 anos com Necessidades Educativas Especiais.

10.3.1.7. Academias de Música de Santa Maria da Feira e de Paços de Brandão e o Conservatório de Música do Porto

Em colaboração com estas instituições, é ministrado, na escola-sede, o ensino articulado da música concretizado no Curso Básico de Música dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico.

11. Direção de Turma

O Diretor de Turma é o elemento-chave no relacionamento entre alunos, docentes e encarregados de educação. Convirá, antes de avançarmos, dar a palavra a alguns especialistas nesta matéria. Assim:

«Ao Diretor de Turma cabe estabelecer a ligação entre os diferentes intervenientes implicados na relação educativa: o aluno, o grupo-turma, os professores da turma, os pais, os órgãos da escola e a comunidade envolvente» (Ramiro Marques, 2002:15)

«A direção de turma constitui uma estrutura de coordenação pedagógica intermédia (coordenação interdisciplinar horizontal) cuja importância, ao nível do contexto do educador, é consensualmente reconhecida» (Virgínio Sá, 1996: 7).

«...O papel do Diretor de Turma é também relevante na gestão das próprias relações que se estabelecem no seio do conselho, dependendo muito da sua estratégia como líder a eficácia do funcionamento desta estrutura. O Diretor de Turma tem de gerir, antes de mais nada, as relações pessoais/profissionais dentro do conselho, nomeadamente:

- Conhecendo os objetivos e natureza das áreas curriculares com que cada professor trabalha;
- Valorizando todas as áreas disciplinares e o seu contributo para a formação integral do aluno;
- Conhecendo bem os professores, os seus modos de trabalhar e as suas preferências em termos de tarefas cooperativas;
- Apelando e dinamizando a responsabilização e participação de todos no trabalho comum a desenvolver relativamente à turma». – (Roldão, 1998:16).

O Diretor de Turma desempenha, pois, um papel relevante na conceção, concretização e avaliação do Plano de Atividades da Turma.

Assim, deve:

- Mobilizar os professores da turma para a sua conceção e concretização, estabelecendo os objetivos e conteúdos prioritários e respetiva sequência, definindo níveis de aprofundamento, metodologias a privilegiar, projetos/atividades a desenvolver, modalidades de integração interdisciplinar a promover, ...
 - Monitorizar o trabalho desenvolvido;
- Dada a sua importância deve o Diretor de Turma:
- Mostrar interesse e disponibilidade para o desempenho do cargo;

- Revelar capacidade adequada para lidar com posições diferentes e opostas sendo capaz de promover negociações e acordos entre alunos, docentes, assistentes operacionais e encarregados de educação;

- Ser metódico e organizado.

Por tudo isto, não será atribuída mais do que uma direção de turma a cada professor, salvo em casos excepcionais e devidamente justificados.

Dentro destes critérios, as direções de turma devem ser atribuídas prioritariamente a docentes do quadro do Agrupamento. Em seguida, a docentes que, não sendo do quadro, já tenham estado a lecionar nesta escola em anos anteriores; e só depois a docentes que estão a lecionar nesta escola pela primeira vez, mas que já detenham experiência docente e, se possível, experiência no cargo.

A direção das turmas com um comportamento mais complicado deverá ser atribuída, preferencialmente e sempre que possível, a docentes a quem se reconheça capacidade bastante para disciplinar, motivar e negociar com justiça.

12. Plano de Atividades da Turma

12.1. Enquadramento

O Plano de Atividades da Turma (PAT) é considerado o nível de maior proximidade na concretização do Projeto Educativo e constitui a última e decisiva etapa no sentido da contextualização da ação educativa. O PAT deve:

- Filiar-se no Projeto Educativo e no Projeto Curricular do Agrupamento, subordinando-se aos seus objetivos e orientações;

- Adequar às características da Turma e dos alunos que a compõem esses objetivos e orientações, operacionalizando-os.

O Plano de Atividades da Turma tem como finalidade a organização das atividades da turma ao longo do ano e deve servir de referência para o trabalho a desenvolver por cada professor na sala de aula, tendo em atenção a necessidade da integração de todas as aprendizagens.

A sua construção é da responsabilidade do Professor Titular de Turma na Educação, Pré-Escolar e no 1.º Ciclo, e do Conselho de Turma, nos 2.º e 3.º Ciclos.

No início de cada ano letivo, o Professor Titular de Turma/ Conselho de Turma procedem à planificação das atividades a desenvolver com o grupo-turma, tendo por base entre outros, o «Documento de Reflexão (vd anexo A.15)», dando início à construção do PAT.

O Plano de Atividades da Turma deverá ser permanentemente avaliado com vista à sua adequação ao grupo-turma. No final de cada ano letivo, proceder-se-á à avaliação final do PAT, considerando os seguintes aspetos: Estrutura/ Intenções do Projeto; Processo de Conceção/ Planificação do Projeto; Processo de Desenvolvimento do Projeto; Efeitos/ Avaliação Final.

12.2. Proposta de estruturação do documento final do Plano de Atividades da Turma

12.2.1. Caraterização da turma:

- 1.1. Enquadramento socioeconómico e cultural;
- 1.2. Diversidade cultural;
- 1.3. Passado escolar/problemas específicos:
 - De aprendizagem: a nível global da turma: conteúdos programáticos não lecionados no ano letivo anterior;
 - A nível individual: plano de apoio, ficha-síntese das modalidades de apoio de que beneficiou no ano anterior;
 - De comportamento: grelha de problemas comportamentais;
 - Económicos: alunos que beneficiam de SASE;...
 - De saúde: relatórios médicos/psicológicos.
- 1.4. Funcionamento do grupo-turma: questões decorrentes da integração no grupo, na turma e na vida da escola.

12.2.2. Horário da turma

12.2.3. Caraterização da Equipa Educativa

12.2.4. Estabelecimento de prioridades educativas para a globalidade da turma, de acordo com o respetivo perfil:

12.2.4.1. Gestão / articulação de conteúdos;

12.2.4.2. Planificação das atividades a desenvolver.

12.2.5. Medidas de atenção à diversidade dos alunos da turma:

- Caraterização dos alunos da turma (individualmente ou em grupos com caraterísticas idênticas)
- Dificuldades/potencialidades e respetivas estratégias de superação/enriquecimento;
- Diversificação curricular;
- Organização de percursos de aprendizagem para os alunos com necessidades educativas especiais;

- Modalidades (e respetivos planos) de apoio a concretizar no presente ano letivo;
- Atividades de enriquecimento curricular (inscrição em clubes, visitas de estudo, comemorações, concursos...);
- Envolvimento da família e/ou técnicos especializados na resolução dos problemas de aprendizagem ou comportamentais.

12.2.6. Visitas de estudo e outras atividades.

12.2.7. Modos e instrumentos de avaliação a privilegiar.

12.2.8. Avaliação do trabalho desenvolvido.

12.3. Os planos de atividades de turma devem:

- Prever atividades que envolvam o trabalho e a aprendizagem cooperativas;
- Envolver os alunos e os professores nas novas tecnologias de informação e comunicação – TIC;
- Valorizar as vivências e experiências pessoais dos alunos, implicando, sempre que possível, os próprios Pais ou Encarregados de Educação;
- Prever momentos e situações que apelem para o envolvimento ativo dos alunos no funcionamento das estruturas da Escola, tendo em vista a integração da Educação para a Cidadania em todas as áreas curriculares.
- Implicar, sempre que possível, instituições exteriores à Escola: Serviços de Saúde, Centros de Formação Profissional, Instituições de Solidariedade Social e outras.

O Agrupamento deverá promover gradualmente a educação parental no sentido de criar sinergias com a família.

13. Avaliação do Projeto Curricular do Agrupamento

O Projeto Curricular do Agrupamento é um documento aberto e dinâmico, sujeito a alterações a fim de ser melhorado. Neste sentido, deverá ser objeto de análise e de discussão por todos os intervenientes no processo educativo, avaliando-se, em particular, a sua articulação com o Projeto Educativo, Planos de Atividades das Turmas e o Plano Anual de Atividades.

Esta avaliação deve ser o mais precisa possível e os seus resultados devem ser analisados por todos sem exceção. Desta forma, deve ter-se em conta o seguinte:

- Esta avaliação não deve incidir somente sobre os resultados das avaliações dos

alunos, mas também sobre tudo o que consta neste projeto e que se reflete direta ou indiretamente na avaliação dos alunos e na vida das escolas e jardins-de-infância.

- Os resultados desta avaliação de cada ano letivo deverão ser discutidos no ano escolar seguinte, no período anterior ao início das atividades letivas, de modo a proceder-se aos ajustamentos considerados necessários.
- O Projeto Curricular deve refletir a organização do Agrupamento em função da orientação do Projeto Educativo, documento estratégico onde se tomam as grandes opções em termos de organização, de oferta educativa, de gestão e rentabilização de recursos, vinculando toda a comunidade educativa em torno de um grande objetivo comum.
- A avaliação do Projeto Curricular deve ser um processo contínuo de modo a permitir uma adequada flexibilização, pois, dado que este processo deve obedecer a princípios de diferenciação, adequação e flexibilização, sendo incompatível com orientações e quadros de atuação rígidos e uniformes, a avaliação do projeto deve acompanhar os ajustamentos e adaptações que forem sendo introduzidos.
- Os procedimentos a ter em conta no processo avaliativo serão definidos pela equipa de autoavaliação e do Plano de Melhoria do Agrupamento, ouvido o Conselho Pedagógico.

14. Revisão do Projeto Curricular do Agrupamento

A revisão do Projeto Curricular do Agrupamento decorrerá da avaliação que deve ter lugar no Conselho Pedagógico, no final do horizonte temporal para que está definido o projeto e/ou sempre que necessário ao longo do ano letivo, bem como desde que a legislação que for publicada o imponha ou recomende.

15. Divulgação

O Projeto Curricular de Agrupamento é divulgado junto da comunidade escolar, no início do ano letivo, pelos Órgãos de Administração e Gestão e pelos responsáveis das diversas estruturas de coordenação e supervisão. Será também divulgado junto da comunidade educativa através da página eletrónica do Agrupamento e de exemplares impressos disponibilizados em cada estabelecimento de ensino do Agrupamento, nos Serviços Administrativos e nas Bibliotecas Escolares.

16. Referências Bibliográficas

- . Alves, J. (1992). *Organização, gestão e projecto educativo das escolas*. Porto: Edições ASA.
- . ANTÚNEZ, S. et al. (1991). *Del proyecto educativo a la programación de aula*. Barcelona: Editorial Graú.
- . Azevedo, Rui. (Coord.). (2011). *Projetos Educativos: Elaboração, Monitorização e Avaliação: Guião de Apoio*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação.
- . CARMEN, L. & ZABALA, A. (1991). *Guia para la elaboración seguimiento y valoración de proyectos curriculares de centro*. Madrid: CIDE.
- . Carneiro, Roberto (2001). "Aprender 2020: uma agenda internacional para a UNESCO", in *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, p.32.
- . Carneiro, R.; e Azevedo, J. (2004). *A educação primeiro: Roberto Carneiro entrevistado por Joaquim de Azevedo*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- . Costa, Jorge. (1991). *Gestão Escolar. Autonomia. Projeto Educativo de Escola*. Lisboa: Texto Editora.
- . Costa, Jorge A. (1996). *Imagens Organizacionais da Escola*. Porto: ASA.
- . Costa, Jorge (2007). *Projetos em Educação. Contributos de análise organizacional*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- . Duart, J. (1999). *La organización ética de la escuela y la transmisión de valores*. Barcelona: Paidós.
- . ESCUDERO MUÑOZ (1988). "La innovación y la organización escolar", in PASCUAL, R. - org. – *La gestión educativa ante la innovación y el cambio*. Madrid: Congresso Mundial Vasco, Ed. Nárcea.
- . Guerra, M. Santos (2000). *Entre Bastidores. O lado oculto da organização escolar*. Porto: ASA.
- . LEITE, C. (2001)^a. *A Reorganização Curricular do Ensino Básico Fundamentos, Fragilidades e Perspetivas*. Porto: Edições Asa.
- . LEITE, C. (2001)^b. *Projetos Curriculares de Escola e de Turma. Conceber, Gerir e Avaliar*. Porto: Edições Asa.
- . LEITE, C. (2003). *Para uma Escola Curricularmente Inteligente*. Porto: Edições Asa.
- . LEITE, C. (2005). *Mudanças Curriculares em Portugal. Transição para o século XXI*. Porto: Porto Editora.
- . LEITE, C. (2007). *Escola, Currículo e Formação de Identidades*. Porto: Edições Asa.
- . Lemos, J.; Conceição, J. (2001). *Currículo e Autonomia – legislação anotada*. Porto: Porto Editora.
- . Lima, Licínio C. (2006). *Compreender a Escola – Perspetivas de Análise Organizacional*. Porto: Edições ASA.
- . Marques, Ramiro (2002). *O Diretor de Turma e a Relação Educativa*. Lisboa: Editorial Presença.
- . Pacheco, J. et al. (2003). *Trabalhar por Projetos em Educação*. Porto: Porto Editora.
- . ROGIERS, X. (1997). *Analyser une action d'éducation ou de formation*. Bruxelles: De Boeck université.
- . ROLDÃO, M. do Céu (1998). *O Diretor de Turma e a Gestão Curricular*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- . ROLDÃO, M. do Céu (1999). *Gestão curricular, Fundamentos e Práticas*. Lisboa: ME/DEB.
- . SÁ, VIRGÍNIO I. M. D. 1996. "O Diretor de Turma na escola portuguesa. Da grandiloquência dos discursos ao vazio de poderes", *Revista Portuguesa de Educação* 9, 1: 139-162.

- . Sá, Virgínio & Antunes, Fátima (2010). *Públicos Escolares e Regulação da Educação – Lutas Concorrenciais na Arena Educativa*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- . Silva, Tomás (2000). *Teorias do Currículo*. Porto: Porto Editora.
- . Tenório, F. G. (2000). *Flexibilização Organizacional: mito ou realidade?* Rio de Janeiro: Editora FGV.
- . Torquato, F. (1986). *Comunicação Empresarial, Comunicação Institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planeamento e técnicas*. 5. ed. São Paulo: Summus Editorial.
- . UNESCO (1996). *Educação, um tesouro a descobrir*. Porto: ASA Editores.
- . Zabalza, M. (1992). *Planificação e desenvolvimento Curricular na Escola*. Porto: Edições ASA.

16.1. Legislação

- . Constituição da República Portuguesa (1976). Revista pela Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto. DR n.º 155 Série I-A, de 12 de agosto de 2005, pgs 4641-4686.
- . Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, alterada e republicada pela Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto. DR n.º 166 Série I-A, de 30 de agosto de 2005, pgs 5122-5138. (*Lei de Bases do Sistema Educativo*).
- . Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto. DR n.º 151 Série I, de 6 de agosto de 2009, pgs 5097-5098 (*Estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar*).
- . Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto. DR n.º 166 Série I, de 27 de agosto de 2009, pgs 5635-5636. (*Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade*).
- . Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro. DR n.º 4 Série I, de 7 de janeiro de 2008, pgs 154-164. (*Define os apoios especializados a prestar na educação especial*).
- . Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril. DR n.º 79 Série I, de 22 de abril de 2008, pgs 2341-2356. (*Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário*).
- . Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro. DR n.º 177 Série I, de 11 de setembro de 2009, pgs 6236-6237. (*Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que aprovou o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário*).
- . Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho. DR n.º 126 Série I, de 2 de julho de 2012, pgs 3340-3364. (*O presente diploma procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário*).
- . Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho. DR n.º 129 Série I, de 5 de julho de 2012, pgs 3476-3490. (*Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário*).
- . Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto. DR n.º 129 Série I, de 2 de agosto de 2012, pgs 4068-4071. (*Regula o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e dos*

jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos e estabelece medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos para prevenir o insucesso e o abandono escolares).

. Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho. DR n.º 131 Série I, de 10 de julho de 2013, pgs 4013-4015. *(Estabelece as novas matrizes curriculares do 1.º ciclo do ensino básico e dos cursos profissionais do ensino secundário. Os ajustamentos agora introduzidos visam a integração nos currículos de componentes que fortalecem o desempenho dos alunos e que proporcionam um maior fortalecimento das suas capacidades).*

. Portaria n.º 196-A/2010, de 9 de abril. DR n.º 69 Série I, de 9 de abril de 2010, pgs 1170-(2)-1170-(4). *(Procede à regulamentação da Lei nº 60/2009, de 6 de agosto).*

. Despacho normativo n.º 6/2014, de 26 de maio. DR n.º 100 Série II, de 26 de maio de 2014, pgs 13448-13455. *(Concretiza os princípios consagrados no regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, designadamente no que diz respeito à organização do ano letivo 2014-2015).*

. Despacho normativo n.º 13/2014, de 15 de setembro. D.R. n.º 177, Série II de 2014-09-15. DR n.º 177 Série II, de 15 de setembro de 2014, pgs 23829-23836. *(Regulamenta a avaliação e certificação dos conhecimentos adquiridos e das capacidades desenvolvidas pelos alunos do ensino básico, nos estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo).*

17. Anexos

- A. 1 – Plano Anual
- A. 2 – Plano Unidade
- A.3 – Monitorização do cumprimento dos planos/ orientações curriculares – Departamentos/ Subdepartamentos
- A.4 - Monitorização do cumprimento dos planos/ orientações curriculares – Conselhos de Turma
- A.5 – Relatório de Visita de Estudo/ Atividade
- A.6 – Cabeçalho para Instrumentos de Avaliação
- A.7 – Grelha «Proposta de Avaliação»
- A. 8 – Registos de Avaliação (Pré-Escolar, 1.º Ciclo, 2.º e 3.º Ciclo)
- A.9 - Educação Especial
- A.10 – PAA 1
- A.11 – PAA 2
- A.12 – Projeto de Visita de Estudo/ Atividade
- A.13 – Autorização de participação em Visita de Estudo/ Atividades
- A.14 A – Comunicação da Atividades à Diretora
- A.14 B - Comunicação da Atividades à Diretora com requisição de recursos
- A.15 – Documento de Reflexão – recolha de indicadores para o Plano de Atividades da Turma